
Sobre a Segunda Analogia de Kant

**Universidade Federal
do Rio Grande do Sul**
Fernando Carlucci

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Sobre a Segunda Analogia de Kant

Fernando Matias Valenzuela Carlucci

Porto Alegre

2014

Sobre a Segunda Analogia de Kant

Fernando Matias Valenzuela Carlucci

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia.

Orientadora: Silvia Altmann

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

MATIAS VALENZUELA CARLUCCI, FERNANDO
SOBRE A SEGUNDA ANALOGIA DE KANT / FERNANDO
MATIAS VALENZUELA CARLUCCI. -- 2014.
94 f.

Orientadora: SILVIA ALTMANN.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Kant. 2. Crítica da Razão Pura. 3. conceito de necessidade. 4. estratégia kantiana. I. ALTMANN, SILVIA, orient. II. Título.

Human reason has the particular fate in one species of its cognitions that it is burdened with questions which it cannot dismiss, since they are given to it as problems by the nature of reason itself, but which it also cannot answer, since they transcend every capacity of human reason.

Kant, *Critica da Razão Pura*.

Aos meus pais.

Agradecimentos

Rapidamente foram-se dois anos. Dois anos que como em nenhum outro momento da minha vida fui capaz de mudar. Tudo começou quando na entrevista de seleção o professor Alfredo Stork perguntava com um sorriso no rosto se as tentações da história e da psicanálise tinham passado. Eu respondera naquela ocasião que sim. Isso era profundamente verdadeiro naquele momento, já que minha questão era se de fato há conhecimento a priori. A pergunta que eu esquecia era se de fato era importante eu saber se há conhecimento a priori, mas, honestamente, essa pergunta não era a mais importante. Havia uma pergunta um pouco mais pesada a fazer.

Tal pergunta não era filosófica, ou talvez fosse em parte, mas no momento não pude experimentar conceitualmente toda sua profundidade. Tratava-se de saber: será que terei meu pai por mais dois anos? Para os que não sabem, meu pai foi diagnosticado com um câncer de próstata há dois anos e, velho como ele é, eu não poderia saber ao certo o que aconteceria. Meus anos de deleite na universidade pública e meus dias de aproveitamento do dinheiro dos pais pareciam estar contados. Era hora de crescer e fazer algo que me empurrasse para frente. Ele e minha mãe me pediram que tentasse uma vaga no mestrado da filosofia da UFRGS. Isso não é tarefa fácil, ainda mais para mim, que ainda estou lutando para ser um aluno formado por esta casa. Como alguns sabem, sou formado em história e aprender os conteúdos do curso de filosofia não é uma tarefa fácil. Há inúmeros estudantes da própria filosofia que custam enormemente para passar nas seleções e poder estudar aqui certamente faz com que me sinta honrado.

Assim, feito o pedido dos meus pais, o desafio era ter um projeto de mestrado que fosse suficientemente bom para poder passar e iniciar essa gradual busca por um sonho que desde os 17 anos tenho: tornar-me professor universitário. Esse desafio, no entanto, não poderia ter sido alcançado sem a ajuda de inúmeras pessoas e elas eu cito, para que saibam que em algum momento ajudaram na conquista dos meus objetivos.

Loreto Fernanda Ilonka Valenzuela Carlucci, pela paixão e entrega diária.

Antônio Carlos Silveira Netto Carlucci, pela paciência e tranquilidade que me dá.

Silvia Altmann, por me ensinar e acreditar em mim.

Bruna Becker, pela acolhida e pelo carinho

Adenauer Girardi Casalli, por ser um verdadeiro amigo.

Alfredo Stork, por me incentivar e sempre estar disponível.

Cássio Steiner, por conversar, pela amizade e parceria.

Isis Ramos, por ser companheira, pela amizade e carinho.

Raphael Zillig, por acreditar em mim e me incentivar com uma bolsa de pesquisa.

Gerson Lousado, por organizar os colóquios de Kant que ajudaram na minha formação.

Resumo

Kant apresenta no seu livro *Crítica da Razão Pura* (CRP) argumentos que buscam provar a validade de juízos sintéticos a priori. Parte central desses argumentos está em provar a validade do princípio de causalidade, pois ele é central para explicar a mudança que ocorre nos fenômenos naturais, assim como para dar uma resposta ao ceticismo que ele identifica na obra de Hume. Esta dissertação trata de forma secundária tais preocupações e deteve-se mais em analisar a estrutura interna tais argumentos, destacando as relações internas que suas premissas tem com outras premissas anteriormente estabelecidas durante a CRP. Ao final, nos deparamos com um resultado ainda bastante especulativo, mas que nos pareceu consistente com a estratégia kantiana: os argumentos utilizam diferentes facetas do conceito de necessidade. Ele aparece associado às condições de possibilidade de pensar o tempo, a mudança e a distinção entre sucessão subjetiva e objetiva.

Abstract

Kant presents in his book *Critique on Pure Reason* (CPR) arguments trying to prove the validity of a priori synthetic judgments. A central issue of these arguments is to prove the validity of the causality principle, for it is central to explain changes in natural phenomena and to give a response to a sort of skepticism he identifies in the works of David Hume. This thesis give a secondary treatment to such preoccupations e repose its efforts in analyzing the internal structure of Kant's arguments, showing the internal relations its premises have with the former parts of the CPR. As a conclusion, we came to a result – although speculative – which is consistent with Kant's overall strategy: his arguments make use of different facets of the concept of necessity. It appears associated to the conditions of possibility through which we think about time, change and the distinction between subjective succession and objective succession.

Sumário

Introdução	10
1. O que são princípios do entendimento?	15
1.1. Divisão da Lógica em Geral e Transcendental.	16
1.2. Dedução Metafísica e Dedução Transcendental	20
1.3. Os Princípios do Entendimento.....	25
1.4. O Esquematismo	28
1.5. Juízos Sintéticos a priori	32
1.6. Conclusão.....	33
2. As Analogias da Experiência.	34
Capítulo II – A prova geral das Analogias da Experiência e a Primeira Prova da Segunda Analogia.	36
2.1. O Princípio das Analogias.....	40
a) Juntamos percepções.....	42
b) A junção das percepções é acidental.	43
c) Experiência é conhecimento de objetos mediante percepções.	45
2.2. A Segunda Analogia	46
a) Juntamos percepções de fenômenos que se sucedem.	48
b) A conexão das percepções em sucessão não é necessária	52
c) Para que haja conhecimento é necessário que haja sucessão determinada.	54
3. O que prova Kant?	56
4. Conclusão.....	58
Capítulo III – Quatro argumentos para a Segunda Analogia	59
1. Introdução	59
2. O segundo argumento.	60
2.1. Primeira Parte: Causalidade e Fenômeno.	60
2.1.1. Constituição do Fenômeno.....	60
2.1.2. O exemplo da casa.	62
2.1.3. Fenômeno e Objetividade	63
2.2. Sucessão Objetiva x Sucessão Subjetiva.	65
2.2.1. O argumento do tempo vazio	66
2.2.2. Critério de Irreversibilidade	66
2.2.3. Análise do exemplo do Navio e do exemplo da Casa.....	67
2.2.4. Conclusão.....	71
3. Terceiro argumento da Segunda Analogia.....	71

4. Interpretações e Críticas.....	73
4.1. Lovejoy e W. Beck.....	73
4.2. Strawson.....	77
4.3. Paul Guyer.....	79
4.4. Conclusão.....	80
Conclusão.....	90

Introdução

Não saberia introduzir o assunto desta dissertação sem considerar o caráter do que, dadas as circunstâncias e minhas possibilidades de elaboração de uma dissertação em dois anos, me propus a fazer. Por isso, penso que não cabe aqui iniciar apresentações suntuosas, que usem de um tom grave e que façam com que meu trabalho ganhe traços de uma importância que não acredito que ele tenha. Na minha pouco experiente opinião, fazer uma dissertação é um exercício de escrita, de organização dos conhecimentos e um primeiro desafio de realizar uma pesquisa. É parte da nossa formação e não chega a ser propriamente o momento de assumir uma posição autoral.

A ideia de fazer uma dissertação de mestrado nasceu de uma disciplina ministrada pela professora Sílvia Altmann em que o conceito de apercepção transcendental foi abordado. Nessa disciplina tive a oportunidade de conhecer com mais profundidade a teoria kantiana e fiquei fascinado ao ouvir a complexidade dos argumentos que a professora apresentava. Em meio a inúmeros problemas kantianos, o problema dos juízos subjetivos parecia-me interessante e quis investigá-lo num projeto de mestrado. O meu interesse em Kant, no entanto, era muito recente e uma mudança de interesse era algo muito provável. Foi ao frequentar a disciplina sobre o problema da indução, ministrada pelo professor Eros, que me apaixonei pela escrita de Hume e pelo modo como ele colocava o problema da justificação do conceito de causalidade.

Por sorte, o meu interesse na obra dos dois filósofos podia ser contemplada. Kant considera nos Prolegômenos que a metafísica nunca havia sofrido um ataque tão grande como aquele dado por David Hume.¹ Ele diz que “Hume começou de um único, porém importante, conceito em metafísica, nomeadamente, o conceito de conexão da causa e do efeito”.² A partir desse conceito, Hume investiga se a razão gerou tal conceito em seu seio e se ela permite pensar corretamente que se algo é posto, algo outro necessariamente deve então seguir-se; uma vez que é isso que o conceito de causa significa. Kant diz que Hume pretende ter provado que, para a razão, é impossível ter gerado tal conceito; na verdade, tal conceito nasceria da experiência contínua e da natureza associativa da imaginação. Para o prussiano, Hume

[...] conclui que a razão engana a ela mesma completamente e totalmente com esse conceito, tomando-o falsamente como seu filho, quando na verdade é

1. Kant, Immanuel. "Prolegomena to any Future Metaphysics that will be able to come forward as Science: With selections from the Critique of Pure Reason." (2004). [4:257]

2. Ibidem

nada mais que um bastardo da imaginação, que, impregnado pela experiência, e tendo trazido certas representações sob a lei da associação, passa de uma necessidade subjetiva (i.e. hábito) a uma necessidade objetiva.³

Para Kant, perguntar se o conceito de causalidade tem origem na razão é perguntar se tal conceito é a priori, isto é, se ele é condição da experiência. Na segunda edição da *Crítica*, ele apresenta a sua questão numa versão mais abrangente do problema colocado nos *Prolegômenos*. A investigação das origens do conceito de causalidade é uma investigação que permite colocar uma pergunta geral sobre o problema da razão: Como são possíveis juízos sintéticos a priori?⁴ Isto é, se o conceito de causalidade tem sua origem na razão e é válido para a experiência, porque o conceito de substância, por exemplo, não seria também um conceito com mesma origem?⁵ Na opinião de Kant, Hume falhou em encontrar a resposta certa. Suas conclusões foram prematuras e errôneas, ainda que o modo como ele colocara a questão fosse o correto.

Kant busca dar sua prova do princípio de causalidade na *Crítica da Razão Pura*, no capítulo chamado *Segunda Analogia da Experiência*. Lá, ele buscará provar que tal princípio é válido como um juízo sintético a priori. Tal juízo tem a forma de uma analogia e determina a existência dos fenômenos no modo de sucessão. A natureza dessa prova é discutida desde cedo na história dos comentadores da *Crítica*, pois não é consenso o que de fato pode ser chamado a conclusão de Kant. No presente trabalho, o conceito de causalidade será discutido através dos argumentos dados na segunda analogia da experiência, sem recorrer a outros textos de Kant que tratem de tal temática através de outros enfoques. A intenção é comentar cinco argumentos presentes na *Crítica da Razão Pura* que provariam o princípio de causalidade. Na minha análise busquei ressaltar um aspecto que parece dar uniformidade aos argumentos e que creio que ainda não foi suficientemente explorado pela bibliografia secundária. Os argumentos são todos construídos em cima de diferentes noções de necessidade que servem para dar diferentes provas da validade a priori do princípio. O que chamo de “noções de necessidade” são os conhecidos advérbios modais que aparecem em algumas das proposições que constituem os argumentos de Kant, na segunda analogia.

Busquei organizar os capítulos de acordo com a ordem dos argumentos, mas não sem antes fazer uma breve apresentação do que são as analogias da experiência. Assim, o primeiro capítulo busca responder à pergunta “O que são as analogias da experiência?”. Para responder o que são as

3. [4:258]

4. A Edição da *Crítica da Razão Pura* utilizada para esta dissertação foi editada pela Nova Cultural 1987. Esta *Crítica da Razão Pura* será citada de acordo com a edição da Academia. B19

⁵ Observação kantiana que deixa claro que, pelo menos a essa época, Kant não conhecia a totalidade das teses de Hume.

analogias, fizemos uma caracterização delas enquanto princípios do entendimento. Os princípios do entendimento são divididos por Kant em Dinâmicos e Matemáticos e suas funções são constitutivas ou regulativas do objeto da intuição (embora ambos sejam constitutivos da experiência). Como o caso em questão é saber o que são as analogias da experiência, nossa caracterização terá como foco responder essa questão, mas sem perder de caracterizar, por contraste, o que são as analogias com relação a outros princípios do entendimento. Para tanto, o primeiro capítulo retoma em linhas gerais algumas das etapas percorridas por Kant no que antecede o capítulo das Analogias, de modo a contextualizá-las no caminho argumentativo traçado por Kant.

O segundo capítulo apresenta a prova do princípio das analogias e o primeiro argumento da segunda analogia. Optei por apresentar esses dois argumentos conjuntamente porque no decorrer da pesquisa dei-me conta que era importante mostrar que ambos argumentos têm a mesma estrutura, no entanto, a prova geral das analogias caracteriza-se por usar termos gerais que sejam válidos para as três analogias, algo que a prova da segunda analogia não apresenta, dado que ela se mantém na especificidade de provar o princípio de sucessão temporal. Além dessa semelhança, busquei mostrar que o argumento se estrutura em torno da necessidade de um conceito que determine o múltiplo da imaginação em forma de sucessão, algo que Kant buscará mostrar que somente o esquema da causalidade pode satisfazer. O final do capítulo é dedicado a comentar qual é, afinal, a conclusão de Kant. Para isso, recorreremos a um artigo de L.W. Beck que é um clássico sobre o tema. A partir desse artigo discutirei vantagens e desvantagens de duas interpretações concorrentes.

O terceiro capítulo apresentará os outros quatro argumentos de Kant. Tais argumentos são menores em tamanho, mas não em importância, e usam de outras táticas de prova. O segundo argumento da segunda analogia é visto por muitos como central e, em razão disso, dedico o final da sessão a uma discussão de diferentes interpretações. Ele usa a noção de sucessão objetiva e sucessão subjetiva para diferenciar o que vem a ser uma sucessão ordenada por uma regra necessária. A sucessão objetiva ocorre nos fenômenos e nela um estado sucede o outro de acordo com uma regra que determina a sucessão de tal modo que, se algo acontece, algo diverso a isso se seguirá, sem possibilidade de reversão. Já uma sucessão subjetiva é aquela em que nossa percepção não é isomórfica ao fenômeno. Assim, percebemos uma sucessão que não está de acordo com regras e, sua reversibilidade pode ser considerada totalmente arbitrária.

O terceiro argumento apoia-se no segundo. Ele é uma prova indireta, pois busca mostrar, por redução ao absurdo, que se tivéssemos somente a sucessão subjetiva, não seria possível falar objetivamente de fenômenos. Se não é possível falar objetivamente de fenômenos, a experiência humana seria uma mera ficção. Assim, a ideia de necessidade aqui é semelhante à utilizada no argumento anterior: se não podemos falar de uma ordem necessária dos fenômenos, nossa

experiência não passa de um jogo subjetivo.

No quarto argumento o que Kant mostra ser necessário é que nós nunca, mesmo na experiência, atribuímos sucessão a um objeto exceto quando há uma regra que nos compele a observar uma determinada ordem nas nossas percepções em vez de outra. Kant diz que é precisamente essa necessitação que antes de tudo faz possível a ideia de sucessão no objeto. Tal argumento, no entanto, é discutido por Paton sem que seja possível tornar precisa sua utilidade e importância.

O último argumento que exploraremos nesta dissertação é visto como um argumento que parte da natureza do tempo. A prova principal é que, dada a necessária continuidade temporal, os fenômenos só podem assumir a forma de sucessão. Tal argumento faz uso de um resultado da primeira analogia – que afirmava a permanência de um substrato – e a partir disso mostra que a conexão das partes do tempo resulta na sucessão.

Capítulo 1 – O que são as Analogias da Experiência?

Um conceito que está presente no nosso vocabulário cotidiano de conectar eventos é o conceito de causalidade. Sua presença no nosso modo de falar esconde uma certa profundidade metafísica que só se torna visível quando penetramos no terreno da análise conceitual. Dizemos que um evento causou outro, dizemos que a causa de um desejo é tal e tal, dizemos que sabemos de algo por causa de tal e tal. A causalidade parece ser uma noção um tanto mecânica, sua conexão parece aproximar duas coisas de maneira indissociável. A força desse conceito inspirou boa parte da ciência natural moderna, que confiou à ele a capacidade de amarrar as explicações que os cientistas davam.

Conjuntamente com os esforços dos cientistas, filósofos irão se debruçar sobre esse conceito, pois na mesma medida em que ele explicava o mundo natural, o homem, enquanto criatura da natureza, devia encontrar seu lugar em meio aos outros seres. Esse lugar, no entanto, era disputado pela confluência de inúmeras outras teses que a humanidade sustentava sobre si mesma. A ação livre, por exemplo, era uma capacidade humana que claramente entrava em choque com a ideia de pertencimento a um reino causal. Além disso, inúmeros problemas eram levantados quanto à função que tal conceito desempenhava na formação de nossas crenças sobre o mundo.

Kant será um dos responsáveis por problematizar esse conceito, oferecendo respostas às diferentes vertentes e tradições que se chocaram antes de seus estudos. Sua teoria aparece mais claramente em uma passagem de sua obra teórica fundamental, a *Crítica da Razão Pura*. Tal região de sua obra se chama a Segunda Analogia da Experiência, e nela, Kant pretende provar que tal princípio é um juízo sintético a priori (algo que, rogo ao leitor, que espere para saber), e que, nessa condição, trata-se de uma condição de possibilidade da experiência de sucessões de eventos. Como estratégia deste primeiro capítulo, buscarei percorrer o caminho que leva até as Analogias. A intenção é responder à pergunta: “O que são as Analogias da Experiência?”. No entanto, para tal é necessário responder uma série de perguntas que o caminho que nos leva até a resposta irá nos antepor.

Para compreender o que são as analogias da experiência, deveremos pressupor os resultados da *Estética Transcendental* e da *Primeira Parte da Analítica Transcendental*, que está composta pela *Analítica dos Conceitos*. Esta – por sua vez – tem divisões ainda mais específicas: está composta pela *Dedução Metafísica* e pela *Dedução Transcendental*. Para realizar nossa tarefa será necessário ter uma visão geral dos resultados dessas partes do livro, porém não dedicarei este trabalho a estabelecer e discutir qual será a melhor versão dessas partes da *Crítica*. O método para responder à pergunta que deve guiar este capítulo é inspirado no salto de um paraquedista, pois, tal como ele

enxerga o terreno quando está nas alturas, nossa primeira abordagem partirá de aspectos gerais da pergunta que queremos responder, e, na medida em que se tornar necessário, iremos descendo ao nível da terra, para que, com isso, ganhemos em detalhe até o ponto em que tivermos satisfatoriamente respondido à pergunta lançada.

Ora, se desejo entender o que é uma analogia da experiência, devo em primeiro lugar buscar dar o sentido a essa pergunta, pois a pergunta, sem mais especificações, é bastante vazia. Já sabemos que se trata de uma parte da Crítica da Razão Pura, no entanto, preciso de uma caracterização inicial do que são as analogias da experiência para iniciar uma resposta. Assim, ainda que não seja totalmente compreensível a um leitor neófito, a caracterização da qual partirei, que é a mais geral possível, toma as analogias da experiência como princípios do entendimento. Deste modo, passo à pergunta que naturalmente surge: “mas o que são os princípios do entendimento?”

1. O que são princípios do entendimento?

O entendimento é a faculdade de pensar, para Kant. Tal caracterização aparece cedo na CRP, quando ele inicia a apresentação da ideia de uma lógica transcendental.

Nosso conhecimento surge de duas fontes principais da mente, cuja primeira é a de receber as representações (a receptividade das representações) e a segunda a faculdade de conhecer um objeto por estas representações (espontaneidade dos conceitos); pela primeira um objeto nos é dado, pela segunda é pensado em relação com essa representação (como simples determinação da mente).⁶

Para Kant, nosso conhecimento tem duas fontes, isto é, duas faculdades que nos provém com informação. A natureza dessas informações é distinta: de um lado somos receptivos, somos afetados por objetos; de outro, temos a espontaneidade dos conceitos que nos garantem a capacidade de pensar, usar conceitos, julgar e argumentar sobre esses objetos que nos afetam. O conhecimento nasce da relação das faculdades da sensibilidade e do pensar. Os princípios da sensibilidade provados na Estética Transcendental permitiram Kant afirmar que os espaço e o

⁶. B74

tempo são as formas puras da intuição e, portanto, são as condições da sensibilidade humana que tornam possível a representação de objetos. Estas condições são caracterizadas por Kant como condições formais da representação sensível, pois elas são primeira com relação a representação de qualquer objeto determinado, que só pode ser representado conjuntamente às suas condições materiais. Além disso, elas são chamadas de representações intuitivas, porque elas oferecem de maneira imediata o seu conteúdo representacional, diferentemente de silogismos, por exemplo, que permitem conhecer se uma proposição é verdadeira somente por meio de outros conhecimentos. Além disso, tempo e espaço são formas puras a priori, isto é, elas não são representações que dependem de qualquer outra condição para que possamos conhecer seus conceitos. Finalmente, para ter uma caracterização mínima dessas formas puras da sensibilidade, é importante dizer que Kant toma, ao final dos seus argumentos, estas formas da sensibilidade como o ponto em que deve ocorrer o reconhecimento de uma certa finitude do nosso conhecer. Tempo e Espaço não são formas a priori da representação para qualquer criatura – para ele, estas são as formas tipicamente humanas de se representar o reino das coisas existentes.

Conhecer, no entanto, implica a possibilidade de pensar os objetos que a intuição apresenta (seja esta intuição empírica ou pura). Assim, é precisamente sobre os modos que utilizamos o entendimento que devemos nos debruçar. Como nossa intenção é definir o que é um princípio do entendimento, buscarei apresentar o entendimento em mais detalhe em detrimento de uma apresentação dos princípios da sensibilidade. A capacidade de pensar vem do entendimento. No entanto, esta faculdade tem uma divisão tripla claramente explicitada no início da Analítica dos Princípios: a capacidade de usar conceitos ocorre no entendimento (em sentido específico), os juízos são efetuados por uma faculdade superior, que é chamada faculdade de julgar e, finalmente, os juízos são relacionados por uma faculdade que é ainda mais alta e que nos permite realizar inferências e silogismos – a razão.

Essa separação segundo elementos do entendimento ainda pode ser especificada se consideramos a divisão de funções do entendimento. O entendimento, para Kant, apresenta uma clivagem no seu uso. Seu uso pode ser dividido segundo funções constitutivas da experiência ou segundo a atividade cognitiva (pensar as representações dadas). Para compreender essa clivagem uma caracterização do uso sintético a priori do entendimento e do uso puramente lógico se faz necessária.

1.1. Divisão da Lógica em Geral e Transcendental.

Esta sessão será dedicada a definir uma distinção precisa entre disciplinas da disciplina mais

geral chamada lógica. Para Kant uma lógica é uma disciplina que estuda as regras do entendimento, não obstante, este propósito pode ser alcançado investigando de dois modos distintos: a lógica geral, que estuda formas de inferência, relações conceituais e demais usos lógicos, e a lógica transcendental, onde encontramos o uso sintético a priori do entendimento.

A primeira destas divisões é a lógica geral, que divide-se em duas: a lógica geral pura e a lógica do uso particular do entendimento.

A primeira contém as regras absolutamente necessárias do pensamento, sem as quais não ocorre uso algum do entendimento, e diz portanto respeito ao último sem levar em conta a diversidade dos objetos aos quais possa estar dirigido. A lógica do uso particular do entendimento contém as regras para pensar corretamente uma certa espécie de objetos.⁷

Aqui, não nos interessará a lógica aplicada, pois ela só diz respeito às leis lógicas quando aplicadas a objetos dados in concreto. O propósito de Kant, no entanto, é desenhar a doutrina pura da razão e, para isso, ele precisará definir o que é a lógica geral pura. A lógica geral pura é definida partir de duas regras que Kant apresenta em B78: a primeira é que a lógica geral abstrai de todo o conteúdo do entendimento – seus conceitos, inferências e etc. - abstrai também de todos os objetos de conhecimento – isto é, de todos os objetos que podem ser dados na intuição – retendo somente a forma do pensamento. Assim, a lógica geral pura é uma disciplina que lida com regras absolutas do pensar, tais como regras de inferência, p.ex. modus ponens ou modus tollens, que são regras de inferência formalmente válidas. A segunda regra é que ela não depende de nenhum aspecto psicológico do nosso pensar – isto é, não depende de nenhum dado empírico sobre como se dá nosso pensar. Assim sendo, a lógica pode ser um conhecimento puro, no qual não se depende de questões empíricas.

Kant caracteriza a lógica geral como aquela que

[...] abstrai, como provamos, de todo o conteúdo do conhecimento, isto é, de toda referência do mesmo ao objeto, e só considera a forma lógica na relação

⁷. B76

dos conhecimentos entre si, isto é, a forma do pensamento em geral.⁸

O ponto problemático que Kant ainda não trata nessas páginas iniciais da Analítica é o problema da referência a um objeto. Até o presente momento, quando ele fala de como a lógica serve de cânone para o conhecimento, o modo como nossos conceitos estão relacionados a objetos e o modo como nossos conhecimentos se constituem não estão em jogo. Esses pontos, no entanto, passarão a ser explicados a partir da sua ideia de lógica transcendental.

A lógica transcendental é apresentada como sendo uma hipótese kantiana:

Já que há tanto intuições puras como empíricas (como mostra a estética transcendental), assim também poderia ser encontrada uma distinção entre pensamento puro e empírico dos objetos.⁹

Aqui Kant é claro em apostar que podemos, analogamente ao modo como as intuições pura e empírica se diferenciam, tomar o pensamento como puro e empírico dos objetos. A proposta seria buscar no entendimento regras necessárias do pensamento puro de um objeto e que excluam qualquer conteúdo empírico.

Para pensar o que é uma lógica transcendental, Kant firma um significado para esse termo em B81. Lá ele diz que transcendental não é qualquer conhecimento a priori. Um conhecimento transcendental é aquele que permite saber como intuições e conceitos podem ser possíveis unicamente a priori. Assim, nem o espaço ou qualquer determinação geométrica é uma representação transcendental; no entanto, o conhecimento de que estas representações não têm uma origem empírica e a possibilidade de que elas podem se referir a priori a objetos da experiência pode chamar-se transcendental. Assim, a lógica transcendental será aquela disciplina que se baseia na expectativa de que conceitos possam se referir a priori a objetos – como ações do pensamento puro – e que permitam pensar um objeto sem um necessário uso do conteúdo empírico.

A dificuldade de compreender a existência dessa disciplina surge da proposta que ela representa enquanto projeto filosófico. A solução encontrada por Kant provaria que juízos sintéticos

8. B79

⁹.B80

a priori são válidos para objetos, antes mesmo de qualquer experiência, e esse resultado consiste no que chamamos de idealismo transcendental. Isso dá ao entendimento funções bastante específicas e torna sua filosofia uma resposta anticética e antirracionalista, se comparada com pelo menos dois de seus predecessores: Hume e Leibniz. Para Hume, ideias e impressões são imagéticas, isto é, ambas podem ser pensadas como um tipo de imagem.¹⁰ Para ele, a diferença entre elas “consiste em graus de força e vividez, com a qual elas atingem a mente”.¹¹ Assim, para ele, entendimento e sensibilidade são faculdades que apresentam cognições que tem uma certa continuidade qualitativa, diferenciando-se em intensidade. Kant diferencia as faculdades de conhecimento em sensibilidade – faculdade receptiva – e entendimento – faculdade de conceitos – sem que haja uma continuidade qualitativa, mas salientando a natureza distinta desses tipos de representação. No entanto, o modo como Kant diferencia ambas cognições qualitativamente na origem deixa como promissória a pagar a explicação do modo como estas faculdades se relacionam – problema que Hume não precisará enfrentar. Por outro lado, Leibniz – ou o que chamamos de “Leibniz de Kant” - atribui aos conceitos uma verdadeira homogeneidade com as percepções. A homogeneidade destes transforma a experiência de um objeto algo fundamentalmente conceitual. Como diz Kemp Smith ao falar de Leibniz,

[Para Leibniz] a experiência sensorial, na sua natureza intrínseca, não é nada senão pensamento puro. [...] E no processo, espaço, tempo e movimento perdem todo seu caráter sensório, aparecendo na sua verdadeira natureza como ordens de relações as quais podem ser adequadamente apreendidas somente em termos conceituais.¹²

Assim, tanto Hume quanto Leibniz representam para Kant um paradigma de não separação entre as fontes de cognição. Uma vez que Kant separa, seu desafio passa a ser reconectar tais fontes. Como diz Kant, a “experiência contém dois elementos heterogêneos, nomeadamente, uma matéria para cognição desde os sentidos e uma certa forma, para ordená-la, desde a fonte interna da intuição pura e do pensamento.” (A86/B118).

10. John Yolton, no entanto, é um comentador que adota a posição contrária à tradicional, uma vez que ele argumenta em “Hume’s ideas”, em *Hume Studies* v. VI no 1 contra a concepção de que ideias são representações exatas de impressões.

11. David Hume. *Tratado da Natureza Humana*. Livro 1. pt.1. I. §I.

12. Kemp Smith. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: The Humanities Press p. 605

A ideia de uma lógica transcendental é o primeiro passo que temos que dar para compreender o que são os princípios do entendimento, pois é necessário compreender quais as funções do entendimento na sua capacidade cognitiva para, posteriormente, especificar os modos de funcionamento.

Antes de passar a diante, talvez seja o momento de tornar claro ao leitor o que motiva Kant na segunda analogia e porque estamos buscando as raízes profundas dessa parte da Crítica da Razão Pura. A Segunda Analogia é o momento em que Kant está buscando traçar as origens e, no mesmo movimento, a legitimidade de um conceito de difundida utilidade na ciência moderna. Diante da proposta de Hume, sua reação é mostrar que a ciência da época não está sustentada em um conceito de natureza ilusória, cujo fundamento último é a imaginação e o hábito. Já diante da proposta racionalista de Leibniz, o conceito de causalidade é responsável por um nexos necessário entre conceitos, algo que Kant admite valer para eventos. Assim, para pesar a importância de tal problema na modernidade, vale dizer que a entrada de Kant nessa discussão está em defender a possibilidade de uma conexão necessária entre eventos do mundo empírico, mas cujos fundamentos sejam racionais.

Assim, para Kant, o conceito de causalidade é um dos conceitos necessários para que possamos ter experiências e a legitimidade dele em qualquer cognição assim como na ciência descritiva da natureza deve estar justificada pela presença dele no entendimento. O que intriga qualquer um que perceba a necessidade de investigar a possibilidade de juízos sintéticos a priori é a dificuldade de encontrar um caminho seguro que nos leve a descobrir tais conceitos. Kant mostra sua genialidade ao traçar um fio para o descobrimento de tais conceitos.

1.2. Dedução Metafísica e Dedução Transcendental

Na Dedução Metafísica, Kant apresenta o fio condutor para a descoberta das categorias. As categorias são conceitos a priori condição da experiência, que serão investigados na primeira parte da Analítica dos conceitos. Nessa primeira parte Kant está preocupado em mostrar o método para encontrar tais conceitos no entendimento. Para tanto, ele partirá das formas lógicas do juízo e tomará tais formas como os modos como o entendimento unifica representações. Assim, a Dedução Metafísica é onde Kant acreditará ter mostrado que, o que ocorre quando várias representações são unidas em um juízo, é a mesma operação (ou tipo de operação) que ocorre quando várias representações são unidas, através de um conceito, em uma intuição. Assim ele diz:

A mesma função que num juízo dá unidade às diversas representações também dá numa intuição, unidade à mera síntese de diversas representações: tal unidade, expressa de modo geral, denomina-se o conceito puro do entendimento.¹³

Este será o caso do conceito de causalidade, que é, por assim dizer, descoberto quando na tábua da função lógica do entendimento em juízos aparece a função da relação nos juízos hipotéticos. Os juízos hipotéticos expressam a relação dois juízos assertóricos, no modelo “Se A é B, então C é D”. Essa forma do juízo é que dará origem à relação de causa e efeito, encontrada na tábua das categorias nos juízos de relação, pois é ela que expressa, através da conexão de dois juízos que descrevem dois estados de coisas, a ideia de que algo da realidade ocorrendo, necessariamente seu efeito passa a ocorrer. Kant buscava apresentar esses conceitos como uma fonte indispensável para completar o plano todo de uma ciência natural.

O passo seguinte será a Dedução Transcendental. Para compreender a importância dessa passagem da CRP vale citar a carta de Kant a Marcus Herz de 1772, na qual ele confessa que o problema maior com o qual ele está envolvido é a relação entre representação e objeto.

Notei que algo ainda faltava, algo essencial, algo que, em meus longos estudos metafísicos, eu, tanto quanto os outros, falhei em prestar atenção e que, de fato, constitui a chave de todo segredo da até agora ainda obscura metafísica. Eu perguntei a mim mesmo: Qual o fundamento da relação daquilo que em nós chamamos “representação” com o objeto.¹⁴

Tal formulação, ainda que não seja a formulação final do problema, já coloca claramente que sua preocupação é garantir a relação de referencia a um objeto por meio de representação. Para poder falar em relação entre representação e objeto, Kant buscará provar a legitimidade do entendimento no uso de conceitos que são condição para a experiência. Tais conceitos funcionarão como princípios de síntese do múltiplo da intuição, e para provar o seu uso, Kant buscará fazer um recuo até a origem do direito de uso – sem ater-se na busca de um fato que permite assegurar tal

¹³. B105

¹⁴. Kant, Immanuel. *Philosophical Correspondence, 1759-1799*. University of Chicago Press, 1967. p.71

posse legítima¹⁵. Kant quer provar que diferentemente de conceitos empíricos que têm o uso legítimo facilmente assegurado – tal como o conceito de ser humano, que depende da experiência para poder ser aplicado –, há conceitos a priori que não podem ser justificados no seu uso por apelo à experiência. Para ele, há conceitos como o de causa e efeito que nunca poderiam ter seu caráter de necessidade justificado por apelo à experiência – se tal conceito nascesse da experiência, somente uma prova indutiva poderia ser dada e, desse modo, uma prova insuficiente, dado que induções não podem garantir sua validade sobre casos não observados. Desse modo, a hipótese kantiana é que tais conceitos residem a priori na mente humana e são condições necessárias e constitutivas da experiência.

A Dedução Transcendental será tratada linhas gerais sem deter-me na estrutura dos argumentos, mas apresentando as etapas principais em razão da sua importância para a compreensão das Analogias. Buscarei ressaltar seus principais resultados em conexão com o princípio de causalidade.

Inicialmente Kant vê a necessidade de provar que a consciência não pode ser consciente de uma representação a não ser que tal representação seja unificada por ela mesma. Sua pergunta principal dedica-se a explorar a possibilidade de uma ligação – de onde vem a ligação do múltiplo, em outras palavras. Em B130 o filósofo alemão alega que uma ligação não pode advir dos sentidos e, por conseguinte,

tampouco estar ao mesmo tempo contida na forma pura da intuição sensível, pois tal ligação é um ato da espontaneidade da capacidade de representação e, visto que se tem que denominar esta entendimento para diferenciá-la da sensibilidade, toda ligação [...] é uma ação do entendimento que designaremos com o nome geral de síntese para, mediante isso, ao mesmo tempo observar que não podemos nos representar nada ligado no objeto sem o termos nós mesmos ligado antes, sendo dentre todas as representações a ligação a única que não pode ser dada por objetos, mas constituída unicamente pelo próprio sujeito por ser um ato da espontaneidade.

Assim, como a possibilidade de ligação é dada no sujeito, o conceito de causalidade deve ser buscado como fundamento das ligações que presenciamos na natureza. Obviamente, não deve se

15. A discussão do conceito de Dedução tal como ele era usado no direito da época e sobre a concepção kantiana utilizada para elaborar a dedução pode ser explorada em mais detalhe no artigo de Dieter Henrich, Dieter. "The proof-structure of Kant's Transcendental Deduction." *The Review of Metaphysics* (1969): 640-659.

tratar de qualquer ligação, como a ligação entre acidente e substância, mas especificamente de uma ligação que seja condizente com a gramática do juízo hipotético, que represente a coordenação de eventos.¹⁶

O passo seguinte de Kant é dar a prova de que toda ligação é uma representação que reflete a unidade do sujeito na sua ação de síntese. Ora, se a unidade das representações é dependente do sujeito, então todas representações de um sujeito consciente devem poder ser acompanhadas do eu penso - que caracteriza as representações de um sujeito como passíveis de consciência, e que, do contrário, poderia ser representado no sujeito algo que não poderia de modo algum ser pensado. É a função de síntese a priori, do entendimento, que torna possível identificar o eu penso nas minhas representações e essa mesma função é o que Kant chama de unidade transcendental da autoconsciência.

A unidade dos fenômenos vem da unidade do ato de ligar o múltiplo, que por sua vez é um reflexo da unidade transcendental da apercepção. Assim, somente se eu ligo em uma consciência o múltiplo de representações é que posso representar a mim mesmo como possível sujeito dessas representações a ser encontrado analiticamente como fundamento dessas sínteses. Portanto “a identidade da consciência, isto é, a unidade analítica da apercepção só é possível se pressuponho alguma unidade sintética qualquer.”¹⁷

O próximo passo da dedução é mostrar que no conceito de “uma ligação qualquer” é legítimo pensar que tanto ligações da sensibilidade como ligações conceituais devem obter sua unidade do entendimento. Isso se dá porque não há combinação nas representações que não seja do entendimento. De acordo com Kant, só podemos ser conscientes de representações porque elas formam uma unidade e essa unidade de representações se dá através de conceitos puros do entendimento. Tais conclusões estão presentes principalmente no §17, que busca provar o princípio supremo de todo uso do entendimento cuja formulação é “todo o múltiplo da intuição está submetido às condições da unidade sintética originária da apercepção.”¹⁸ Ora, para nossos propósitos de estudo da Segunda Analogia, tal resultado é importante, pois se a unidade sintética originária da apercepção submete todo múltiplo da intuição, a hipótese de que o conceito de causalidade dá unidade temporal à experiência ainda se sustenta, pois o múltiplo é ordenado no tempo e o conceito de causalidade relaciona eventos temporalmente.

Outra distinção importante de Kant é a unidade objetiva da consciência por contraposição à

¹⁶ B112

¹⁷ B134

¹⁸ B137

unidade subjetiva. Em linhas gerais, assim como toda esta reconstrução da Dedução Transcendental pretende ser, Kant argumenta aqui que a unidade objetiva da autoconsciência se distingue da unidade subjetiva pelo fato de que a unidade transcendental da apercepção é aquela pela qual “todo o múltiplo dado numa intuição é reunido no conceito do objeto” (B139), sendo a síntese resultante dessa reunião no conceito do objeto precisamente o modo como o entendimento confere objetividade aos fenômenos. A unidade subjetiva é a unidade da consciência que é derivada da unidade objetiva e enquanto tal é dependente da espontaneidade do entendimento. Tal parágrafo revelará sua importância quando estivermos falando de sucessão subjetiva e sucessão objetiva - problema central da segunda analogia. O fundamental que devemos extrair provisoriamente é que nem toda unidade da consciência revela-se uma experiência objetiva. Há unidades subjetivas e a diferença fundamental destas é que não valem objetivamente, sendo, portanto possível que o conceito de causalidade ofereça uma experiência de sucessão de estados mentais que não tenham correspondência na realidade.

A partir do §20, Kant informa-nos que a primeira parte de sua prova não pode abstrair do fato de que o múltiplo tem de ser dado antes e independentemente da síntese do entendimento, mas o modo como tal múltiplo é dado não foi relevante. Agora, seu objetivo será o de mostrar que

a partir da maneira como a intuição empírica é dada na sensibilidade mostrar-se-á que a sua unidade não é senão a que a categoria [...] prescreve ao múltiplo de uma intuição dada em geral, e que pela aplicação da validade a priori das categorias no tocante a todos os objetos dos nossos sentidos é pela primeira vez inteiramente alcançado o propósito da dedução.

A partir do §20, Kant mostrará que as categorias não têm outro uso que não a aplicação à intuição sensível. Esta se divide em intuição pura e intuição empírica; através da determinação da primeira podemos obter conhecimentos a priori da geometria e da aritmética, e pela determinação empírica podemos conhecer os fenômenos. Uma vez que só se pode conhecer representações intuitivas por meio do entendimento e que o entendimento só pode conhecer aquilo que lhe é representado na intuição, tudo que pode ser conhecido – todo campo da experiência possível – deve estar sob as categorias. Sendo assim, os objetos do nosso conhecimento – e da nossa experiência – são necessariamente espaço-temporais, pois a forma pura da intuição é o espaço e o tempo.

Ora, Kant ainda desejaria dar uma explicação de como as categorias se aplicam

necessariamente a todos objetos da intuição. Para dar conta disso, o §24 falará da síntese da imaginação. Tal síntese é uma ação da imaginação que organiza o múltiplo da intuição sensível de acordo com as categorias do entendimento. Desse modo, a ação da imaginação tem sua função em precisamente ligar a sensibilidade ao entendimento.

No entanto, ainda que Kant explique brevemente o que liga o entendimento à sensibilidade, a explicação detalhada do como não é dada com muito cuidado na Dedução B. A explicação de como a imaginação realiza uma síntese transcendental que liga os princípios da sensibilidade com os princípios do entendimento é explicada em detalhe na Dedução A, onde Kant é muito mais cuidadoso, uma vez que lá ele apresenta a doutrina da Tripla Síntese da Imagem (Síntese da Apreensão, Síntese Figurativa e Síntese do Reconhecimento em um Conceito) que conduzem ao resultado final da apresentação do objeto na intuição.

1.3. Os Princípios do Entendimento

Ora, se por um lado a analítica dos conceitos provou que e como conceitos a priori se aplicam a intuição sensível, por outro, resta ainda saber como outras funções do entendimento, tais como os juízos e os silogismos, operam na produção da experiência. Assim, é legítimo perguntar qual relação os princípios do entendimento têm com as categorias?

Bem, para iniciar uma explicação minimamente satisfatória da relação entre as categorias e os princípios, será útil lembrar como Kant divide a faculdade superior do conhecimento. Para ele, podemos falar do entendimento em sentido amplo como a reunião de três faculdades intelectuais com funções específicas bem definidas. O entendimento em sentido estrito é a faculdade de conceitos, da união de conceitos nascem juízos, e a faculdade que os performa é chamada de poder de julgar. Finalmente, da capacidade de unir juízos e colocá-los em relação, nasce a capacidade de fazer inferências e silogismos. Tal faculdade de silogismos é a Razão.

Essas formações do entendimento pertencem tanto à lógica formal como à lógica transcendental, no entanto, em cada função elas desempenham papéis diferentes. Como a lógica forma abstrai de todo conteúdo do conhecimento (seja puro ou empírico) e se ocupa com a forma do pensamento, conceitos e juízos são considerados meramente enquanto forma do conhecimento. No entanto, se consideramos essas mesmas funções do entendimento do ponto de vista da lógica transcendental, veremos que nesse novo papel, elas tornam possível a experiência tal qual ela se apresenta para nós cotidianamente. Assim, para dar uma imagem do que está implicado nessa função transcendental da capacidade de julgar pode ser útil considerar que tais princípios devem

constituir a realidade com toda riqueza que nossas percepções são capazes de informar.

Bem, dado que temos então juízos que constituem a experiência e juízos que versam sobre a experiência, resta saber como fazemos tais juízos. Para esse fim, Kant apresentou a Analítica dos Princípios. Ora, a função dela é servir de cânone¹⁹ para a capacidade de julgar. Ela instrui nossa faculdade de julgar a aplicar aos fenômenos os conceitos do entendimento que contém a condição de regras a priori. Instruir alguém a julgar significa, aqui, ensinar um conjunto de normas que permita o correto julgar. Porém, como o próprio Kant se questiona: como podemos instruir a capacidade de julgar?

Aqui é fundamental separar nossa capacidade de julgar segundo a lógica geral e a lógica transcendental. Primeiramente, Kant define o entendimento em geral como a faculdade de regras, sendo assim, conceitos, juízos e inferências são baseados em regras. Disso, segue-se que a capacidade de julgar é o poder do entendimento de seguir regras para poder subsumir representações sob outras representações, visto que fazer um juízo é basicamente unir conceitos sob uma das formas do juízo dadas pela lógica geral. Ao fazer isso, unimos duas representações gerais e comparamos tais representações com intuições. A comparação permite identificar se a intuição é um caso, ou não, daquilo que o juízo expressa. Nesse caso ocorre um juízo empírico, mas se fossemos dissecá-lo e quiséssemos constituir regras formais a partir de elucidaciones de conceitos, juízos e inferências, teríamos o problema de constituir novas regras que nos ensinassem sobre como aplicar as primeiras. Eis, então, que a pergunta sobre a formulação de regras de um terceiro tipo seria formulada, pois elas seriam necessárias para aprender a aplicar as regras formais. E, para as regras de terceiro tipo, também seria necessário regras que ensinassem sobre sua aplicação e assim sucessivamente. Assim, nessas condições, o entendimento só pode julgar corretamente a partir do aprendizado e se tomássemos a lógica geral como cânon desse aprendizado, ela simplesmente não conseguiria nos dar uma indicação segura de como julgar, pois, dado que ela abstrai de todo conteúdo do conhecimento, ela só pode auxiliar na tarefa de elucidación do conhecimento já adquirido, isto é, na tarefa analítica de avaliar se regras formais foram obedecidas. O segundo modo pelo qual a capacidade de julgar pode ser utilizada diz respeito ao seu uso sintético a priori. Nesse uso ela tem a

incumbência específica de corrigir e garantir, mediante regras determinadas, a capacidade de julgar no uso do entendimento puro”, além de possuir a “peculiaridade de que, além da regra (ou antes, a condição universal de

19.O termo cânone é utilizado por Kant no mesmo sentido que Epicuro que propunha que um canon de regras para fazer juízos corretos. (Cagyll, Howard – Kant's Dictionary verbete Canon)

regras) dada no conceito puro do entendimento, pode ao mesmo tempo indicar a priori o caso ao qual deve ser aplicada.(B174-5).

Como já dissemos, a capacidade de julgar é uma das faculdades do entendimento, que é uma faculdade, essencialmente, de regras. A disciplina da lógica geral, como vimos, estuda as regras do uso do entendimento somente na sua forma mais geral e abstrata. Ela nada pode indicar-nos sobre como aplicar conceitos empíricos, mas pode meramente ajudar a saber se a construção de uma proposição obedece às regras formais do entendimento. No segundo caso, a lógica transcendental é a disciplina que permite saber quais juízos fazemos a priori para constituir a experiência e quais regras de constituição são necessárias. O modo como é possível constituir a experiência é efetuando juízos sintéticos a priori, que funcionam como fundamento da síntese do múltiplo, isto é, nossa faculdade sensível, ao ser afetada por dados externos, tem nesses juízos os critérios formais para constituir os objetos que contarão na realidade humana. Dado que tais juízos são condição de um objeto em geral e que sua validade tem um caráter normativo para qualquer objeto, tais juízos funcionam como uma regra de síntese. Como se trata de um juízo sintético a priori, o entendimento consegue indicar a priori o caso ao qual tal regra deve ser aplicada. Isso deverá ficar mais claro quando tomarmos os exemplos concretos que Kant usa. Neles será possível observar o caráter normativo desses juízos e sua estrutura conceitual.

Na sessão presente, meu objetivo era caracterizar minimamente o que são os princípios do entendimento. O resultado preliminar ao qual chegamos é duplo: primeiramente a separação entre princípios do entendimento no uso lógico formal e no uso lógico transcendental. Se seguirmos meramente o caminho que a lógica formal nos indica, cairemos no regresso ao infinito de que é necessário pedir a uma faculdade de regras, que ela tenha regras que ensinem a utilizar regras. O caminho para aprender a julgar é a experiência. No entanto, podemos esperar que, segundo a lógica transcendental, o entendimento possa ter regras a priori que permitem definir contextos de aplicação de regra. Posteriormente dissemos que os princípios do entendimento, enquanto princípios da capacidade de julgar no seu uso sintético a priori são aqueles que tornam a experiência possível. Isso, no entanto, não foi bem explicado e nessas questões que gostaria de entrar momentaneamente.

Assim, seguindo Kant na sua intenção de explicar como nossa capacidade de julgar funciona, vamos seguir sua Doutrina Transcendental da Capacidade de julgar, que está composta de dois capítulos:

o primeiro trata da condição sensível unicamente sob a qual podem ser utilizados conceitos puros do entendimento, isto é, do esquematismo puro; o segundo, porém, daqueles juízos sintéticos que emanam, sob estas condições a priori, de conceitos puros do entendimento e subjazem a todos os restantes conhecimentos a priori, isto é dos princípios do entendimento puro²⁰

Passaremos agora a exploração desses princípios da Capacidade de Julgar.

1.4. O Esquematismo

Se por um lado as categorias são a estrutura fundamental e geral do entendimento que se aplica a toda intuição sensível independentemente da natureza específica da sensibilidade envolvida, os princípios aplicam-se a toda intuição sensível de variedade espaço-temporal, isto é, da sensibilidade propriamente humana. Essa diferença qualitativa se dá, fundamentalmente, porque os princípios do entendimento se conectam à intuição sensível através de categorias esquematizadas.

Na explicação dos princípios, Kant vai fundamentalmente falar quais os requerimentos necessários para que tenhamos experiência. Dado que nossa experiência é espaço-temporal, é necessário explicar como as categorias se aplicam à intuição sensível humana, e esta é uma tarefa que exige a explicação do esquematismo.

O esquema de um conceito é uma representação intermediária entre a sensibilidade e o entendimento que homogeniza conceitos e intuições. A homogeneidade consiste no fato de que o conceito precisa conter (expressar através das notas) o que é representado no objeto a ser subsumido a ele, pois justamente isto significa a expressão um objeto está contido sob um conceito. O exemplo de Kant é o do prato e da forma circular: o conceito empírico de prato tem homogeneidade com o conceito geométrico puro de círculo.²¹

A homogeneidade é fundamental na relação entre conceitos e intuições. Quando dizemos que o conceito de prato expressa através de notas a circularidade ou rotundidade, as notas são algo que penso no conceito de prato. Essas notas devem ser vistas ou percebidas na intuição empírica. Assim, o conceito de círculo faz parte do conceito de prato, mas é também percebido na intuição e nesse sentido é homogêneo a ambos. Desse modo, as notas servem de intermediários, permitindo

²⁰ B175

²¹ B176

saber o que, no que percebemos via intuição, deverá contar como uma instância de algo sob o conceito de prato.

A homogeneidade entre intuições empíricas e os conceitos a priori, no entanto, não ocorre, dado que se trata de representações profundamente heterogêneas. Conceitos a priori são representações intelectuais. Como elas são forma da síntese a priori, elas são representações gerais. Contrariamente, as intuições empíricas, são representações singulares determinadas espaço-temporalmente. Por exemplo, o meu cachorro Leopoldo pode ser representado na minha memória de modo determinado, quando corria, quando mordida seu rabo e quando comia. A intuição dele na minha experiência é algo singular e determinado espaço-temporalmente. A minha experiência de Leopoldo, no entanto, como todo objeto da minha experiência, depende de uma síntese intelectual que envolve conceitos a priori cuja generalidade não se homogeniza somente com Leopoldo, mas com todos objetos da experiência. A heterogeneidade reside em que os conceitos a priori são representações puras e intuições empíricas são representações de natureza distinta e para representar um cachorro, supostamente faço uso de elementos sensíveis e intelectuais. Eis o problema que Kant ainda está lutando para resolver. Para que haja subsunção de intuições a conceitos a priori, e a consequente aplicação da categoria ao fenômeno, é necessário que haja uma categoria esquematizada, já que somente esta é capaz de homogeneidade. O esquema de uma categoria é o que Kant chama de terceiro elemento homogêneo com a categoria e com o fenômeno.

Kant explica a conexão do seguinte modo:

O conceito do entendimento contém a unidade sintética pura do múltiplo em geral. Como a condição formal do múltiplo do sentido interno, por conseguinte da conexão de todas as representações, o tempo contém na intuição pura um múltiplo a priori. Ora, uma determinação transcendental do tempo é homogênea à categoria (que constitui a unidade de tal determinação) na medida em que é universal e repousa numa regra a priori. Por outro lado, a determinação do tempo é homogênea ao fenômeno, na medida em que o tempo está contido em toda representação empírica do múltiplo. Logo, será possível uma aplicação da categoria a fenômenos mediante a determinação transcendental do tempo que, como o esquema dos conceitos do entendimento, media a subsunção dos fenômenos à primeira.²²

²² B177-8

O esquema será uma determinação transcendental do tempo que tem por fundamento de unidade das categorias do entendimento.²³ Ela, em si, é um produto da capacidade de imaginação e nos aparece como uma determinação geral, uma vez que não pode ser uma intuição empírica, singular e totalmente determinada. A dificuldade aqui é posta pelo modo como Kant se expressa. Ele diz que uma representação de cinco pontos enfileirados tal como é uma figura do número cinco, e que, no entanto, o esquema não pode ser representado desse modo. A dificuldade é imaginar uma determinação parcialmente sensível, mas, ao mesmo tempo, sem figura. Kant consegue resolver parcialmente essa dificuldade pedindo para pensarmos que o esquema de um triângulo não pode ser uma imagem de nenhum triângulo pelo fato de que imaginar um triângulo exige uma determinação espacial que necessariamente recai em uma das três formas como podemos representar um triângulo (isósceles, escaleno ou equilátero). Assim, “o esquema do triângulo não pode existir em nenhum outro lugar a não ser no pensamento, e significa uma regra de síntese da capacidade de imaginação com vistas a figuras puras no espaço”²⁴

Allison comenta a dificuldade de pensar o esquema como uma regra de síntese da capacidade de imaginação, sendo que o entendimento foi definido como a “faculdade de regras” e o poder de julgar como “a capacidade de subsumir sob regras.” (B171). Ele diz que se compreendemos o esquematismo como uma questão essencialmente interpretativa em que o que conta é a capacidade de processar um dado em um modo apropriado, então o esquema de conceitos empíricos apresenta o problema de saber se eles devem ser entendidos como regras. Ele diz

On the one hand, there is in fact that Kant explicitly presents them as such: for example, in the characterization of the schemata of the mathematical concept of a triangle and the empirical concept of a dog. On the other hand, we have also seen that Kant defines the understanding (not the imagination) as the “faculty of rules” and suggests that the very need for schemata is a consequence of the fact that the exercise of the power of judgment cannot be governed by rules. Thus, it seems that Kant both requires us to, and prohibits

23 . Se fossemos imaginar uma tabela de conversões de categorias em determinações transcendentais de tempo, diríamos que à categoria de substância serve o esquema da permanência. Já à categoria de causa e efeito, serve o esquema da sucessão. Isto é, para cada categoria pode-se imaginar um algo parcialmente indeterminado que contenha somente determinações temporais.

²⁴ B180

us from, regarding schemata as rules.²⁵

A solução de Allison consiste em diferenciar dois tipos de regra. De um lado temos a regra do entendimento como algo meramente discursivo que seria a “regra discursiva” do entendimento. Por outro, temos a regra equivalente ao esquema, que pode ser chamada de “regra perceptual”. Se tomamos uma série de notas como constituindo uma unidade e se tomamos o esquema de um conceito como sendo uma regra perceptual que nos dá uma expectativa do que podemos encontrar na intuição empírica como referência dos nossos conceitos, podemos dizer que o incômodo que Allison localizou na concepção de “subsumir a regras” pode ser solucionado.

Assim, com a ajuda da compreensão de Allison, podemos dizer que Kant crê ter apresentado o terceiro elemento capaz de homogeneizar conceitos puros e intuições. O esquema de um conceito é “a representação do procedimento geral da imaginação para prover o conceito com sua imagem” (B179-80). O esquema não é a imagem e não é uma regra discursiva, é a representação do procedimento e nesta noção é precisamente onde reside a dificuldade de compreensão.²⁶ Representar um procedimento é algo que fazemos em matemáticas com a ideia de função. Podemos representar a construção de um quadrado indicando pontos em um plano e segmentos de retas que passam por esses pontos. O procedimento de construção, no entanto, não nos oferece a intuição da imagem, mas meramente as instruções para representar tal imagem. Ter uma ideia do procedimento para a imaginação prover o conceito com sua imagem parece um pouco isso, é como ter a ideia de um quadrado apenas pela fórmula do perímetro ($4L$) ou pela área L^2 .

Finalmente, gostaria de, brevemente, analisar o modo como a doutrina do esquematismo afeta a compreensão do conceito de causa, pois tudo que foi dito certamente demanda um posicionamento específico quanto à causalidade. Ora, primeiramente é necessário lembrar que o esquema da causalidade é uma determinação temporal, na qual, a causalidade de uma coisa em geral é o real ao qual, se é posto a bel prazer, segue sempre algo diverso (B183). Ora, essa é uma descrição compatível com a ideia de mudança que será apresentada na Segunda Analogia. O ponto interessante dessa descrição presente na doutrina do esquematismo é o grau de indeterminação que ela guarda, assim como a propriedade de descrever a sucessão necessária do múltiplo na medida em

25 Allison, H. Kant's Transcendental Idealism. An Interpretation and Defense. p. 210

26 . A dificuldade que conceitos como “desejo”, “latido”, “inteligente”, “parcimonioso” criam para a doutrina do esquematismo poderia talvez ser resolvida se tivéssemos uma noção do processo que Kant anuncia. Ele, no entanto, não dá nenhuma descrição de como pode ser representado tal processo. Kant meramente apresenta os esquemas dos conceitos puros, deixando-nos sem resposta quanto a isso.

que está sujeito a uma regra – traço essencial do esquematismo.

1.5. Juízos Sintéticos a priori

Uma vez exposta a condição geral sob a qual os conceitos a priori se aplicam, Kant passa a expor na sua Crítica os juízos que o entendimento constitui a priori. Explicar a possibilidade de juízos sintéticos a priori é algo que remonta à introdução da Crítica, porém, na sua construção ele teve antes de duelar com a explicação da possibilidade de conceitos a priori, uma vez que os juízos dependem destes.

Os juízos a priori são o fundamento de outros juízos e não se fundam em nada mais alto e geral. Essa condição faz deles uma condição para juízos de experiência, uma vez que qualquer juízo de experiência pressupõe objetos da experiência e os juízos sintéticos a priori são precisamente aqueles que tornam possível a experiência de objetos.

Kant anuncia no Capítulo Segundo da Doutrina Transcendental da Capacidade de Julgar que tais juízos, ainda que sejam a condição de outros juízos, não estão dispensados de prova, pois é possível e mesmo necessário providenciar uma prova a partir de fontes subjetivas da possibilidade de um conhecimento do objeto em geral (B189). Uma vez que os juízos se dividem em analíticos e sintéticos, e dado que o compromisso de Kant é caracterizar os princípios do entendimento para juízos em geral, ele apresenta o Princípio Supremo de Todos os Juízos Analíticos e O Princípio Supremo de Todos os Juízos Sintéticos.²⁷ Para os primeiros, tal princípio é o Princípio de Contradição, no qual não irei me deter. A única propriedade que nos interessará neste princípio é sua caracterização enquanto condição negativa da verdade – mesmo para juízos sintéticos – uma vez que para um juízo ser verdadeiro ele não pode contradizer a si próprio.

Por outro lado, os juízos sintéticos são assim chamados porque eles partem de um conceito dado que se relaciona com outro conceito inteiramente diferente, cujo significado não se encontra analiticamente como uma nota. Juízos como “A cadeira é vermelha” são chamados juízos sintéticos porque o conceito predicado não é, de modo algum, parte necessária do conceito sujeito.

Para encontrar um princípio supremo para todos os juízos sintéticos é necessário encontrar um princípio que seja válido tanto para os juízos sintéticos a priori, como para os juízos sintéticos a posteriori. O fator comum destes dois modos de juízo sintético é a necessidade da referência a uma

27 . Na Lógica, em Ak 111, Kant define proposições analíticas como “aquelas cuja certeza repousa sobre a identidade dos conceitos (do predicado com a noção de sujeito)” ao passo que define as sintéticas como “proposições cuja verdade não se funda na identidade dos conceitos [...]”.

intuição possível para confirmar a verdade do juízo, uma vez que a verdade não pode ser encontrada por mera análise, que nos dá meramente conceitos. Nessa condição, os juízos sintéticos dependem de tudo mais que liga o entendimento à intuição: os princípios da imaginação – dado que esta é a faculdade responsável pela função de síntese –, os princípios da sensibilidade e da unidade sintética da apercepção. Em resumo, Kant anuncia que

O princípio supremo de todos os juízos sintéticos **é que todo objeto** está sob as condições necessárias da unidade sintética do múltiplo da intuição numa experiência possível.²⁸

A enunciação do princípio expressa uma característica importante da teoria de Kant: se juízos sintéticos a priori são condições de representação da experiência em geral, essa condição se funda na mesma condição de possibilidade dos objetos que compõem a experiência. Isto é, juízos sintéticos a priori são possíveis pelas mesmas condições que nos levam a dizer que conceitos a priori são condição da experiência de objetos.

1.6. Conclusão.

No caminho que me guiou até aqui, busquei responder a pergunta lançada inicialmente. Tal pergunta era: “O que são as Analogias da Experiência?”. No entanto, para responder tal pergunta, partimos de uma definição preliminar que deveria ser esclarecida. Foi dito que as Analogias da Experiência são Princípios do Entendimento, e isso nos moveu a buscar caracterizar o que são Princípios do Entendimento através de uma exploração da concepção kantiana de entendimento e de princípio.

O resultado a que chegamos aqui nos permite concluir que os princípios do entendimento que nos interessam são os juízos sintéticos a priori que tornam possível a experiência. O modo como tais juízos tornam possível a experiência nos obrigou a realizar uma caracterização do esquematismo, uma vez que esta é a doutrina que explica sob quais condições sensíveis as categorias se aplicam à intuição. Ora, se é assim, podemos afirmar que os princípios do entendimento fazem uso do esquematismo subsumindo as aparências sob eles.

²⁸ B197

As analogias da experiência são um caso desses princípios, pois são juízos que o entendimento faz na forma de analogia. Isso, contudo, deve ser explorado, a fim de ganhar clareza sobre o modo como tais juízos se aplicam a experiência. Agora, será necessário descer mais ao nível do chão, ganhar mais precisão para enxergar aquilo que, no ponto mais alto do salto, o paraquedista não podia enxergar.

2. As Analogias da Experiência.

Na seção terceira do Sistema dos Princípios do Entendimento Puro, Kant passa a uma representação sistemática dos princípios que o poder de julgar utiliza ao tornar possível a experiência. Tais princípios são apresentados por Kant um a um de acordo com suas funções na determinação da experiência – o que exclui os princípios da matemática (que são extraídos da intuição pura), mas não exclui os princípios que permitem a aplicação da matemática à experiência (que são fundados no entendimento). Como diz Kant,

entre meus princípios não incluirei os da Matemática, mas sim aqueles sobre os quais se funda a possibilidade e validade objetiva a priori de tais princípios matemáticos, que portanto têm que ser encarados como princípios destes últimos e que partem de conceitos à intuições e não da intuição a conceito.²⁹

Os princípios do entendimento são aqueles expressam uma determinação do entendimento nas intuições, essa determinação, no entanto, se dá de maneira sistemática, conjugando diferentes propriedades fundamentais da realidade, como por exemplo, magnitude espacial, intensidade, durabilidade, etc. Assim, as intuições se conformam aquilo que esses princípios, enquanto regras do entendimento, determinam nos fenômenos.

Os princípios do entendimento são 4. Os Axiomas da Intuição, Antecipações da Percepção, Analogias da Experiência e Postulados do Pensamento Empírico, eles correspondem respectivamente aquilo que, na primeira tábua das funções do juízo, foi chamado de quantidade, qualidade, relação e modalidade. Tais princípios, enquanto juízos sintéticos a priori, resultam em diferentes tipos de síntese. Destes tipos podemos ordenar a ação da imaginação em dois diferentes grupos que atuam conjuntamente de modo a formar o sistema da realidade: os princípios cuja

²⁹ B199

síntese é matemática e aqueles cuja síntese é dinâmica.

Os princípios matemáticos são aqueles que determinam a síntese de quantidades e qualidades de objetos da intuição, seja pura ou empírica. Por essa razão Kant diz que tais princípios possuem certeza intuitiva. Isto é, o conhecimento de sua verdade é dependente da construção na intuição.

Já os princípios dinâmicos são aqueles que, na tabela das funções do juízo, correspondem a relação e modalidade e cuja síntese necessariamente determina a existência de um fenômeno. Tais princípios são capazes de dar-nos uma certeza discursiva, isto é, sua prova só pode vir através de conceitos e jamais através de evidências que podem ser construídas na intuição ou retiradas destas - como é o caso dos axiomas da matemática.

Os princípios do entendimento tem uma função chamada de constitutiva da experiência.³⁰ Isso significa dizer que eles são os fundamentos da síntese que torna os fenômenos objetos da experiência. Sua constituição, portanto, deve-se a tais princípios. Kant, no entanto, chama as Analogias da Experiência de princípios regulativos. Isso poderia causar alguma tensão na compreensão de Kant, uma vez que Kant chama os princípios da razão de regulativos.

Essa caracterização é verdadeira, porém insuficiente. É verdadeira porque o emprego do entendimento é constitutivo, uma vez que se trata de uma condição necessária para a experiência. Tal como Kant coloca no apêndice da Dialética Transcendental

As mencionadas leis dinâmicas são constitutivas com respeito à experiência na medida em que tornam possíveis a priori os conceitos, sem os quais não ocorre nenhuma experiência.³¹

Já os princípios da razão são chamados de regulativos por desempenharem um papel de guia na investigação da experiência. O exemplo de Kant é que a partir de princípios regulativos da razão que podemos supor que cometas tem órbita em forma de parábola. A razão guia-nos a essa

30 Kant fala de uma distinção entre os princípios matemáticos e os dinâmicos. “Na Analítica Transcendental, dentre os princípios do entendimento distinguimos os dinâmicos, como princípios meramente regulativos da intuição, dos matemáticos, como princípios constitutivos da mesma.” B692

31 B692

conclusão pelo princípio de que qualquer coisa que explique o movimento de planetas também explicará o movimento dos cometas. Dito de outro modo, Kant diz que buscamos explicar o movimento dos corpos celestes a partir do mesmo princípio (i.e. gravitação). Tais princípios da razão não são constitutivos, pois não são requeridos para a possibilidade da experiência.

A despeito dessa caracterização, Kant é claro em dizer que os princípios do entendimento tem também a função de serem regulativos.³² As analogias, por exemplo, regulam relações temporais entre aparências. Assim, não é correto afirmar que os princípios do entendimento são constitutivos sem mais. É necessário especificar que tais princípios são constitutivos na **produção** da experiência, no entanto, são regulativos na **ordenação** temporal das aparências.

Assim, devemos nos perguntar novamente “O que são as Analogias da Experiência?” devemos responder que as analogias da experiência são juízos sintéticos a priori - aqueles que Kant perguntara como são possíveis, na introdução da Crítica. Tal juízo, como o nome já diz, é feito tendo por base uma analogia, mas, diferentemente da matemática, as analogias da experiência, não permitem uma determinação de um quarto termo em uma relação. As analogias da experiência indicam, meramente, o que devemos esperar encontrar na experiência, uma vez que enquanto juízos sintéticos a priori, tais analogias tornam a experiência possível.

Capítulo II – A prova geral das Analogias da Experiência e a Primeira Prova da Segunda Analogia.

Ao final do capítulo anterior iniciamos a exploração da noção de analogia, porém não terminamos totalmente sua caracterização. Há aspectos das analogias que só ficam claros a partir do momento em que passamos a reconstruir o argumento.

O nome Analogia da Experiência é dado pelo modo como tais princípios regulamentam a atividade do entendimento. As Analogias são juízos, mas para compreender a natureza deles, o modelo mais comum é o de uma analogia matemática, que nas palavras de Kant é entendida como,

[...] fórmulas que estabelecem a igualdade de duas relações de quantidades e que são sempre **constitutivas**, de modo que quando são dados três termos da

32 Cf. nota 12.

proporção, também o quarto será desse modo dado, isto é, pode ser **construído**.³³

Assim, numa analogia matemática, podemos construir objetos matemáticos informados por relações de proporção (uma vez que os objetos matemáticos são construídos na intuição para Kant). Assim, a proporção (2:5 :: 4:x) tem, para x, o valor de 10. Na filosofia, as proporções tem outro significado, pois elas não permitem uma determinação total do objeto que aparece na intuição empírica. Por exemplo, na relação substância e acidente: se temos (substância : x :: acidente : preto), não consigo determinar x. Nessa analogia nada nos permite descobrir qual o objeto estará na posição de substância determinada na experiência. A determinação que as analogias da experiência são capazes de efetuar restringem-se somente à ordenação temporal dos fenômenos (seja como permanência, sucessão ou concomitância), mas não podem determinar qual fenômeno corresponderá em uma determinada relação:

Na filosofia, no entanto, analogia não é a identidade de duas relações quantitativas, mas sim de duas relações qualitativas, de onde dados três membros posso conhecer e dar a priori somente a relação a um quarto membro, mas não **este** quarto membro, ainda que eu tenha uma regra para encontrá-lo na experiência e uma marca para descobri-lo nela.³⁴

As analogias são, nas palavras de Kant, princípios **regulativos da experiência** e não constitutivos dos objetos. Elas são três princípios que Kant apresenta preocupado em explicar como o entendimento e a imaginação determinam o múltiplo sensível na experiência e, portanto, no tempo (uma vez que a experiência ocorre no tempo). Aliás, essa determinação é precisamente o que nos dá a sensação do tempo passar, pois é somente através dessa determinação que a mudança dos fenômenos é possível e é somente observando os fenômenos que observamos a mudança.

Assim, o uso matemático se distingue do uso filosófico do mesmo termo. Em filosofia uma analogia não permite descobrir o quarto termo de uma relação, pois as analogias, enquanto princípios dinâmicos, aplicam-se somente a regulamentação do objeto nas suas relações temporais—

33.B222

34.A180/B222 O345/678

isto é, as analogias ordenam os fenômenos. No presente capítulo pretendo explorar o modo como essa ordenação se dá, pois é necessário penetrar no argumento geral das analogias para entender como a determinação delas se realiza.

Primeiramente, é necessário tornar claro que as analogias determinam relações temporais entre fenômenos. Como diz Kant,

“Os três modi do tempo são permanência, sucessão e simultaneidade. Em consequência disso, três regras de todas as relações de tempo dos fenômenos, segundo as quais a existência de todo fenômeno pode ser determinada no tocante à unidade de todo o tempo, precederão toda a experiência e a tornarão primeiramente possível.”³⁵

Kant inicialmente constata que os fenômenos podem ordenar-se em três formas de relação temporal. Se é possível que se ordenem desse modo, pela sua premissa idealista, deve haver regras do entendimento que regulem essas relações temporais.

Enquanto juízo que o entendimento faz a priori, o princípio universal de todas analogias se assenta sob a unidade necessária da apercepção que produz toda consciência possível e, conseqüentemente, é responsável por todo tempo no qual os fenômenos podem existir. Como todo conhecimento de fenômenos só é possível pela unidade transcendental a priori da apercepção, toda relação empírica da qual se pode ter conhecimento é determinada a priori por tal unidade sintética.

Kant ressalta que estes princípios possuem a peculiaridade de não considerarem os fenômenos e a síntese da sua intuição empírica, eles consideram somente que deve (em sentido normativo) haver fenômenos, pois dado que conhecemos a priori regras para determinação de fenômenos, o reconhecimento dos fenômenos presentes na nossa experiência está autorizado. Isso significa dizer que não importa a matéria do conhecimento, a determinação a priori do entendimento no que tange às relações temporais se faz cumprir independentemente do conhecimento empírico que possamos ter dos fenômenos.

[...] a existência do fenômeno não pode ser conhecida a priori e, embora pudéssemos por este caminho chegar a inferir alguma existência, não a conheceríamos determinadamente, isto é, não poderíamos antecipar aquilo pelo qual a sua intuição empírica se distingue das outras. (B221)

³⁵ B219

Além dessa caracterização, as Analogias foram identificadas como princípios dinâmicos do entendimento. Diferentemente dos princípios matemáticos, que permitem a aplicação da matemática aos fenômenos, tais princípios são regulativos. Os primeiros são constitutivos e torna possível juízos comparativos, em que medimos intensidades e grandezas. p.ex. Esta cama é duas vezes o tamanho da cama que vi na loja. Os segundos permitem dizer em que relação de tempo algo está, p.ex. Vi antes esta cama e depois vi aquela cadeira. Como Paton diz,

Os Princípios Matemáticos ocupam-se com as aparências, ou mais precisamente com a síntese do tempo e do espaço e a síntese da sensação necessária para o conhecimento das aparências enquanto aparências de objetos.³⁶

Paton ainda diz que as Analogias são princípios que dizem respeito a existência das aparências enquanto objetos, isto é, “com suas relações umas com as outras com respeito a sua existência”.³⁷ Kant diz que podemos construir a priori não somente uma quantidade extensiva, mas também o grau da aparência. Por outro lado, não podemos construir a existência de uma aparência que não nos foi dada, ainda que possamos inferir alguma tipo de existência a partir de algo que nos tenha sido dado. Assim, Paton diz que

Por essa razão os Princípios Matemáticos são chamados de constitutivos; ser constitutivo implica, sempre, a possibilidade de construção. As analogias são meramente regulativas. Elas dizem o que devemos buscar na experiência, mas não nos permitem construí-la a priori.³⁸

Assim, após apresentar alguns dos pontos principais da caracterização das Analogias gostaria de analisar a prova de que tal princípio do entendimento é válido e condição da experiência possível.

O modo como apresentarei esse argumento parte de uma observação que não encontrei em

36. Paton, *Metaphysics of Experience*. p.178

37. *idem*

38. *Idem*. p.179

nenhum comentador. Observei uma semelhança estrutural na prova do princípio geral das analogias e o primeiro argumento da segunda analogia. Tal semelhança é, por um lado, previsível, uma vez que se trata de uma prova geral que vale para as três analogias da experiência. No entanto, não farei isso, e irei restringir meu interesse nesse primeiro capítulo a expor essa semelhança e mostrar como o argumento da segunda analogia ordena-se de modo semelhante ao argumento da prova geral do princípio das analogias.

2.1. O Princípio das Analogias.

Primeiramente é necessário conhecer qual princípio que é válido para todas as analogias e depois passaremos à sua análise.

Kant anuncia o princípio válido para todas as analogias de modo que o tempo, que é o foco das relações que as analogias determinam, é apresentado de modo não-mencionado na enunciação desse princípio. O princípio é anunciado por Kant de dois modos. Na primeira edição, em A176 aparece que “Seu princípio geral é: No que se refere a **existência**, toda aparência está a priori **sob regras** de determinação das suas relações em **um tempo**”. Já em B218 consta que “A experiência só é possível mediante a representação de uma **conexão necessária das percepções.**” Vejamos as principais diferenças entre estes modos de enunciar:

A primeira edição dá ênfase especial ao fato de que as analogias provam algo referente à existência. Diferentemente dos princípios precedentes que determinavam magnitudes sem regular relações dos fenômenos, estes princípios regulam relações entre aparências sem constituí-las ou “construí-las” enquanto grandezas perceptíveis. São princípios que ordenam as aparências. Além disso, tal enunciação nos informa que em um determinado tempo, uma aparência coloca-se em relações a priori que são regulamentares. Desse modo, se temos x, y e z como regras das analogias, elas todas são válidas para um tempo dado. Aqui cabe buscar elucidar o significado de afirmar que relações sejam válidas para um tempo. Dizer isso não significa que uma determinada relação temporal, como “ser simultâneo”, seja uma relação permanente entre dois fenômenos, pois esta relação pode cessar, e tampouco é como afirmar que relações de um tempo são assim porque não são relações de dois tempos – como se houvesse mais de uma faixa temporal objetivamente válida em que os fenômenos se manifestam. O sentido aqui é outro: relações que valem para um tempo são relações válidas para todos os instantes – todas suas partes, como diz Kant - do tempo. Assim, se t1 apresenta as relações (x,z,y), t2 também apresenta essas relações ainda que os fenômenos não sejam os mesmos. Cada instante tem seus fenômenos regulamentados por essas relações.

A segunda enunciação apresenta a condição que as analogias satisfazem. Enquanto condição de possibilidade de uma experiência objetiva, as analogias cumprem o papel de mostrar que só é possível experiência mediante uma conexão necessária de percepções. Ora, que a conexão seja necessária, não significa que os elementos nela necessariamente existam do modo como são percebidos. O significado dessa conexão necessária é outro.³⁹ Significa que as regras que as analogias estabelecem para a percepção são regras que necessariamente ordenam o múltiplo objetivamente concebido em sucessão, permanência e simultaneidade. Assim, não importa qual objeto exista na realidade, ele será percebido nessas três relações com outros objetos e, se essas são as regras de sua síntese, a síntese do múltiplo proveniente da sensibilidade não se ordenará de modo arbitrário nas suas relações temporais.

Agora passaremos a análise das palavras de Kant. Buscarei o mais detidamente considerar cada frase. No entanto, antes de passar à leitura, vale considerar que tal argumento é uma prova geral de todas as analogias do entendimento. Esperamos que Kant esteja dando uma prova que vale para todas as relações temporais que o entendimento é capaz de constituir na experiência.

A passagem que contém o argumento de Kant é a seguinte:

(1)⁴⁰ Ora, é claro que na experiência as percepções se juntam umas às outras apenas acidentalmente, de modo que das percepções mesmas não resulta nem pode resultar necessidade alguma da sua conexão. (2) Com efeito, a apreensão é só uma reunião do múltiplo da intuição empírica, (3) mas nela não se encontra nenhuma representação da necessidade da existência ligada dos fenômenos que ela reúne no espaço e no tempo. (4) Mas visto que a experiência é um conhecimento de objetos mediante percepções e que (5) nela conseqüentemente a relação na existência do múltiplo deve ser representada não como é reunida no tempo, mas como é objetivamente no tempo, sem contudo que o tempo mesmo possa ser percebido, (6) então a determinação da existência dos objetos no tempo só pode acontecer através da

39. Tal como aparece na dedução transcendental, no parágrafo 19, “Com isto não quero, na verdade, dizer que na intuição empírica que tais representações pertençam necessariamente umas às outras, mas que na síntese das intuições pertencem umas às outras em virtude da unidade necessária da apercepção.” B142

40. Introduzo uma numeração para poder fazer referência depois a premissas e conclusões.

sua ligação no tempo em geral, (7) por conseguinte através de conceitos que conectem a priori.⁴¹

Já o modo como reconstruo a passagem é o seguinte

a) Juntamos percepções.

Kant parte de dois dados: analisando minha experiência no modo como as representações se associam temporalmente, as percepções se juntam umas às outras e o modo como elas se juntam é acidental (vejo fogo e vejo calor associados). O primeiro ponto importante para analisar é o termo junção. “Como juntamos percepções?” Um cético poderia perguntar. “Há um eu que junta? Para que haja junção o que deve ocorrer?” O segundo aspecto é a acidentalidade. “Em que sentido a junção é acidental? É porque a natureza poderia ser percebida de outro modo? É por que as coisas se sucedem de modo aleatório?”, Sobre uma premissa tão simples como a), é fundamental desconfiar se sua simplicidade não mascara uma densidade maior. Vejamos o que Kant diz.

Kant diz que juntamos percepções. O termo juntar presta-se a uma rica semelhança com o parágrafo 15 da Dedução Transcendental B. Lá, Kant fala da possibilidade de uma ligação em geral. A ligação a que Kant se refere trata de uma premissa largamente aceita durante a modernidade: a premissa de que nós recebemos um múltiplo sensível no tempo.

Todavia, a ligação de um múltiplo em geral jamais pode nos advir do sentido e, por conseguinte, tampouco estar ao mesmo tempo contida na forma pura da intuição sensível; pois tal ligação é um ato da espontaneidade da capacidade de representação e, visto que se tem que denominar a esta entendimento para diferenciá-la da sensibilidade, toda ligação [...] é uma ação do entendimento que designaremos com o nome geral de síntese para, mediante isso, ao mesmo tempo observar que não podemos nos representar nada ligado no objeto sem ter nós mesmos ligado antes, sendo dentre todas as representações a ligação a única que não pode ser dada por objetos, mas constituída unicamente pelo próprio sujeito por ser um ato de sua espontaneidade.⁴²

41. B291.

42. B130

Kant agrega que uma ligação nunca é mera passividade. A ligação é uma ação do entendimento e se apoia na espontaneidade desta faculdade em ligar o múltiplo proveniente da sensibilidade. Para defender essa proposição, Kant nega que a ligação que compõe a unidade dos objetos possa advir dos objetos neles mesmos ou de uma faculdade sensível. Essa premissa se apoia numa das mais remotas das suas premissas anteriores que aparecem no prefácio da segunda edição em BXVI, quando Kant rejeita que todo nosso conhecimento metafísico seja baseado unicamente nos objetos. Assim, já que os objetos não são algo diferente de nós em mero estado passivo, mas, que a tese de que somos ativos na constituição do conhecimento, deve haver uma investigação dos princípios do entendimento para que possamos conhecer os limites da nossa sensibilidade e da nossa capacidade de conhecer intelectualmente. Lá ele diz que para estabelecer algo como conhecimento metafísico precisamos de um conhecimento a priori e, portanto, devemos investigar a possibilidade de que o objeto da intuição (Gegenstand) se regule pelas nossas faculdades sensíveis e de pensar. A experiência, desse modo, se regularia pelos conceitos do nosso entendimento. Assim, além de não vir dos sentidos, as propriedades do objeto não devem vir da forma pura da intuição sensível, pois estas são condições sensíveis para sua representação. A aposta de Kant é que o conhecimento de objetos seja determinado pela faculdade do pensar e se é assim, não podemos representar nada ligado nos objetos que não tenhamos nós mesmos ligado através do entendimento. No entanto é necessário compreender o que significa perceber nessa primeira premissa. Do ponto de vista do idealismo transcendental, isso significa que sou afetado por fenômenos que proporcionam experiência sensíveis, mas para que tais fenômenos existam, é necessária uma síntese de um sujeito transcendental que conecta tais fenômenos no tempo. Assim, parto do dado empírico de que percebo estados de coisas que se conectam. Kant deixa claro que a natureza dessa conexão ainda não foi explicitada para o caso das analogias. Podemos ter uma conexão de um permanente e de propriedades concomitantes a esse permanente, e por sua vez, a concomitância pode ser percebida num plano de fundo de mudanças em sucessão. O importante é perceber que essas percepções são conectadas de algum modo e que aqui não ocorre ainda a especificação do modo como essa conexão se dá.

b) A junção das percepções é acidental.

Já para defender que a conexão é acidental, Kant buscará nos mostrar através de premissas auxiliares porque podemos chamar tal conexão de acidental. Em primeiro lugar, porque falar desse aspecto da conexão? Qual a relevância de chamar a atenção para a acidentalidade? Desconfio que é porque esse será a principal inversão que a conclusão trará. Em vez de acidentalidade, a conclusão mostrará a necessidade que aparece na determinação da experiência. Pois bem, como Kant defende

a ideia de acidentalidade na conexão das percepções?

Para compreender isso é necessário fazer um pequeno recuo na leitura da Crítica. Kant diz que a apreensão é só uma reunião do múltiplo da intuição empírica, mas que nela não se encontra nenhuma representação da necessidade da existência ligada dos fenômenos que ela reúne no espaço e no tempo. Sobre isso, há questões que poderíamos fazer: Bem, porque não apreendemos os fenômenos já ligados necessariamente? O que é a apreensão? De onde vem o múltiplo da intuição empírica?

A apreensão do múltiplo da intuição empírica é a ligação (síntese) da matéria do conhecimento em acordo com a forma do conhecimento, isto é o mesmo que dizer que a apreensão é a reunião dos dados sensíveis que nos afetam a sensibilidade de acordo com regras de síntese. Essas regras de síntese residem a priori no entendimento e a imaginação toma-as como critério formal para apreensão e ordenação do múltiplo. Uma vez que a imaginação é uma faculdade responsável por formar imagens, na imagem deve ser satisfeita uma condição para a posterior determinação dessa imagem enquanto fenômeno objetivo, por isso a apreensão já é feita segundo regras a priori. No entanto, ainda que tal síntese seja feita de acordo com as regras a priori, e, portanto, necessárias, na percepção não temos a consciência da necessidade que elas imprimem ao múltiplo e ainda não há nada na percepção, ela mesma, que nos informe da necessidade ou não da conexão. Assim, na percepção sentimos o resultado da afecção de algo que foi apreendido pela imaginação segundo regras que conectam o múltiplo da intuição em um objeto sem qualquer marca da necessidade que essas regras de síntese imprimem ao fenômeno. Desse modo, de onde Kant pode retirar a conclusão que virá, que afirma que as categorias são conceitos a priori e condições necessárias da experiência?

A segunda premissa afirma que a conexão das percepções é apenas acidental. Em defesa dessa premissa Kant fala do modo como múltiplo que aparece conectado e não da natureza da conexão. Se Kant estivesse falando da segunda, a natureza da conexão não seria necessária e o entendimento teria regras contingentes para a determinação do múltiplo. No entanto, Kant deseja mostrar que o múltiplo não apresenta em si mesmo nenhuma propriedade que possa trazer consigo a consciência da necessidade no modo como ele foi reunido. Assim, se juntamos o múltiplo num estado AB ou BA, não interessa a natureza da conexão entre A e B, nela mesma não há como determinar a relação entre os termos. A imaginação ordena o múltiplo, mas enquanto faculdade responsável meramente pela síntese, não é capaz de determinar a natureza da ligação. Por essa razão Kant diz que a apreensão é somente uma reunião do múltiplo da intuição empírica, e que nela não se encontra nenhuma representação da necessidade da existência ligada dos fenômenos que ela reúne no espaço e no tempo.

c) Experiência é conhecimento de objetos mediante percepções.

O conhecimento é definido por Kant em B146 tendo como condição o conceito pelo qual em geral um objeto é pensado (a categoria), e em segundo a intuição pela qual é dado. O conhecimento que nos interessará no caso das analogias é o conhecimento empírico que Kant chama de experiência no parágrafo 22 da Dedução B. Para ter experiência é necessário que a intuição sensível não seja meramente a intuição indeterminada, mas que seja uma intuição empírica representada imediatamente como real no espaço e no tempo. Porém, como Kant diz nessa mesma passagem:

Coisas no espaço e no tempo são, porém, dadas somente na medida em que são percepções (representações acompanhadas de sensação), por conseguinte por representação empírica. [...] Por isso, mediante a intuição as categorias não nos fornecem também conhecimento algum das coisas senão apenas através da sua aplicação à intuição empírica, isto é, servem só à possibilidade do conhecimento empírico. Este se chama, porém, experiência.⁴³

O conhecimento é obtido mediante as percepções precisamente porque uma vez que a apercepção transcendental realiza a síntese de acordo com as categorias, o eu empírico pode perceber o que foi realizado no trabalho de síntese da imaginação. Tal premissa c), no esquema geral do argumento para todas as analogias, é mais uma condição que Kant pretende satisfazer e reforçar na medida que seus princípios vão ser provados um a um após essa prova geral.

c.i.) Portanto, preciso representar uma ligação não como ela é no tempo, mas como ela é objetivamente no tempo.

Um traço dessa obtenção do conhecimento mediante percepção é a separação que há entre o objeto e sua percepção. Como a percepção é o meio da obtenção do conhecimento, resta buscar um critério que seja suficiente e necessário para distinguir se o que temos em mão é um conhecimento legítimo ou não. O critério então é a objetividade, isto é, se o que o sujeito percebe é uma ligação independente da sua mera percepção, ainda que obtida por meio desta, então podemos dizer que tal sujeito tem conhecimento. Caso tal ligação exista somente para o sujeito, não podemos dizer que ela é objetiva.

As conclusões desenhadas são:

43. B147

1...: Então a determinação da existência de objetos no tempo só pode acontecer através da sua ligação no tempo em geral, por conseguinte através de conceitos que conectem a priori.

2...: Ora, tendo em vista que estes sempre trazem consigo a necessidade, a experiência só é possível mediante uma representação da conexão necessária das percepções.

É necessário esboçar um comentário a respeito dessas conclusões. O modo como compreendo este argumento é que ele desenha sua conclusão a partir de uma necessidade que ele suscita. Isto é: é necessário e legítimo supor que há juízos sintéticos a priori para determinar aquilo que, na imaginação, é uma mera ligação do múltiplo sem qualquer ordem. Evidentemente tal necessidade só é percebida se assumimos algumas teses críticas tais como a indeterminação do conhecimento na apreensão e a função sintética da imaginação. A necessidade de regras é o que o argumento oferece como forma única de determinação do conhecimento de fenômenos, isto é, enquanto realidades objetivas. Para determinar se um objeto existe no tempo é necessário que conceitos a priori conectem esse objeto de tal modo que somente pela natureza da ligação do múltiplo (que antes não conseguíamos determinar) a experiência surja.

Finalmente, como tais conceitos são condição de possibilidade da experiência, é somente através deles que objetos podem ser conhecidos. Isto é, tais conceitos são necessários à síntese do múltiplo sensível. Assim, se o modo como a síntese da imaginação é realizada obedece aos critérios do entendimento, é necessário afirmar que o modo como a ligação é feita é necessário.

O argumento geral para as analogias da experiência busca provar que a partir da conexão de percepções (1) não é possível encontrar necessidade alguma na conexão do múltiplo dos fenômenos (2,3). Uma vez que a experiência nos dá o conhecimento de objetos mediante percepções que objetivamente se reúnem no tempo (4,5), só é possível a determinação objetiva das aparências no tempo através de conceitos que as conectem a priori. (6,7).

2.2. A Segunda Analogia

Princípio da sucessão temporal segundo a lei de causalidade.

Todas as mudanças acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito.

Antes de entrar propriamente no primeiro argumento da segunda analogia é necessário dizer de onde vem a divisão dos argumentos tal qual irei expor. O método de prova da segunda analogia

é, tal como a dedução transcendental, através de uma multiplicidade de argumentos e os primeiros a notar isso foram Paton, Adickes e Kemp Smith. Eles observam que, para o texto da segunda analogia, Kant agregou uma prova a mais na segunda edição da Crítica, totalizando seis provas⁴⁴. A divisão geralmente aceita é⁴⁵

Prova I	B232-4
Prova II	B234-39
Prova III	B239-40
Prova IV	B241-44
Prova V	B244-46
Prova VI	B246-7

A sexta prova é uma revisão das provas anteriores e, por essa razão, ela não será matéria deste trabalho. Uma vez que os comentadores dividem a segunda analogia desse modo, seguirei seus passos, sem entrar em discussões sobre a relação que estas provas possivelmente sustentam entre si.

A Segunda Analogia nasce de um pressuposto. Ela toma como dada a prova da Primeira Analogia, que prova o princípio da persistência da substância. Tal prova é a primeira de um total de três provas que Kant deve dar. Como ele diz ainda na prova do princípio geral das analogias: o tempo tem três modos, o primeiro é a permanência, mas ainda há a sucessão e a simultaneidade. É o que lemos na segunda edição, já que a retomada da Primeira Analogia não ocorre na primeira edição.

A primeira analogia provou que a substância não perece nem surge. Na sequência temporal tudo que vemos são meras alterações da determinação do estado de algo que, em parte, não muda. Se vemos uma casa com suas portas abertas e posteriormente a mesma casa com suas portas fechadas, não se trata de um surgir e perecer de dois objetos distintos. Trata-se de uma alteração em um objeto. Seria uma ontologia quase heraclitiana supor que a todo instante temos um constante nascer e morrer, um surgir e perecer de toda matéria do mundo. Desse modo, que sentido faz dizer

44 Paton segue a divisão de Adickes e Kemp Smith.

45 Allison diz em Kant's Transcendental Idealism que “O primeiro problema em confrontar qualquer interpretação da Segunda Analogia é que Kant parece oferecer uma pletora de argumentos. No entanto, comentadores distinguem ao menos seis, contado a prova agregada na segunda edição”.p. 249

que algo mudou, se nem mesmo satisfazemos as condições para falar do mesmo algo? Ora, o surgir e o perecer de uma substância não são alterações dela, mas alteração em algo que a pressuporia, uma vez que o conceito de alteração pressupõe um mesmo sujeito que existe mesmo que no tempo ele possa receber determinações opostas. As mudanças são percebidas na sucessão do tempo e toda mudança nas aparências é somente uma alteração que tem por base imutável a substância.

O modo como Kant prova a primeira analogia não nos interessará aqui, no entanto, esse conhecimento mínimo é um pressuposto básico para iniciar a leitura da Segunda Analogia, pois a prova imediatamente fala da sucessão nas aparências.

Indo ao texto vemos a primeira premissa:

a) Juntamos percepções de fenômenos que se sucedem.

Percebo que os fenômenos se sucedem, isto é, que num tempo há um estado de coisas contrário ao objeto que havia no estado precedente. Portanto, conecto propriamente duas percepções no tempo.

Comparativamente ao argumento que prova o Princípio Geral das Analogias, a Segunda Analogia apresenta uma diferença. Se, por um lado, A1 não fornece o modo pelo qual ligamos as percepções, A2 diz que os fenômenos se sucedem, isto é, o modo como ligamos o múltiplo de modo a constituir as aparências é em sucessão. A ligação, nesse caso, implica que, por se sucederem, os estados, no fenômeno, tenham a forma (A é B em t1) e (A não é B em t2). Note-se que é irrelevante qualquer outra informação para afirmar que ocorreu uma sucessão, não é necessário saber o que é um fenômeno. Não é necessário categorias, não é necessário afirmar a objetividade dos estados. No entanto, dessa afirmação Kant infere que o sujeito que conecta duas percepções de estados contrários conecta duas percepções no tempo. Ora, como é possível concluir isso? Kant assume que aquele que percebe uma mudança de estado de coisas ao menos na percepção teve de conectar percepções no tempo. Independentemente do fato de que tais fenômenos ocorram objetivamente, se percebemos uma sucessão de estados de coisas na nossa imaginação ou no sonho – onde for -, certamente fomos obrigados a conectar tais percepções. A origem dessa conexão necessária está na prova já dada por Kant de que o tempo é a forma do sentido interno. Por essa razão qualquer representação minha é ordenada temporalmente; então, se conecto duas percepções, as conecto ,

necessariamente no tempo. Uma prova de que tal sucessão meramente subjetiva pode ser diferenciada de uma sucessão objetiva é matéria de outro capítulo.

Kant passa então à apresentação de outras premissas que têm suas raízes profundas em teses kantianas já apresentadas antes na Crítica.

(1) Ora, a conexão não é uma obra do simples sentido e da intuição, (2) mas é aqui o produto de uma faculdade sintética da capacidade de imaginação que determina o sentido interno com respeito à relação de tempo.⁴⁶

Aqui ele diz que o múltiplo em geral jamais poderia advir dos sentidos ou do objeto, suas razões são as mesmas que o fazem rejeitar a filosofia que o antecedeu e que engendrarão os paradoxos presentes nas Antinomias da Razão Pura.⁴⁷ O que Kant defende é que a inteligibilidade desse múltiplo é dependente de uma ação do entendimento e que a ordem observada no múltiplo não é resultado de outros fatores. Para que haja conhecimento, é necessário um entendimento que espontaneamente ligue os dados sensíveis para que estes dados sensíveis se apresentem à consciência (o que retoma a divisão apresentada em B74 de que nosso conhecimento tem duas fontes principais: a sensibilidade pela qual um objeto pode ser dado e o entendimento, pelo qual um objeto é pensado). Dado que para Kant somente através de um entendimento que ligue a priori o múltiplo da sensibilidade é possível o conhecimento, tal condição é aqui uma necessidade.

Mas bem, se a conexão de duas percepções no tempo não são obra do sentido e da intuição, como conectamos os dados sensíveis? O filósofo dirá que é pela faculdade sintética da imaginação que tal conexão é possível. Ela liga o dado sensível sob as condições formais do entendimento, gerando na intuição a figura do fenômeno que pode ser pensada. A imaginação é a faculdade de **síntese** a priori do múltiplo da intuição sensível, tal como é dito em B151, portanto é ela que liga os fenômenos numa sucessão.⁴⁸ Porém é justo perguntar-se como ela faz isso? Kant diz: ela determina

46. B233

⁴⁷ Tese: «O mundo tem um começo no tempo e é também limitado no espaço.»

Antítese: «O mundo não tem nem começo nem limites no espaço, mas é infinito tanto no tempo como no espaço.»

Uma série infinita é, diz Kant, uma série que nunca se pode completar. Não é possível, então, que já tenha existido uma série infinita de mundos. Este é o argumento a favor da Tese. Por outro lado, a Antítese é obtida pelo seguinte raciocínio: Se o mundo teve um começo, houve um momento do tempo em que ele não existia. Se considerarmos esse “tempo vazio” em que o mundo não existia, todos os seus momentos se equivalem, não há nenhuma diferença entre eles. Por isso, o mundo não pode ter começado num desses momentos, em detrimento dos outros. Compreendido desse modo, como explicar causalmente o surgimento do mundo?

⁴⁸ Esta síntese a priori do múltiplo da intuição sensível, a priori possível e necessária, pode denominar-se figurada para distingui-la daquela que seria pensada na mera categoria com respeito ao múltiplo de uma intuição em geral, e que se chama ligação do entendimento; ambas são transcendentais, não apenas porque elas mesmas procedem a priori, mas

o sentido interno com respeito à relação de tempo. Qual o sentido de sentido interno que interessa aqui? E quais são as relações de tempo que a imaginação determina nele?

O sentido interno é algo bastante difícil de caracterizar, pois é uma expressão típica da filosofia que antecedeu Kant, no entanto, sem remontar sua história, há aqui um sentido aproximativo que podemos tentar. Em um texto pré-crítico, Kant diz que o sentido interno é “uma faculdade que torna possível para uma mesma pessoa que suas representações sejam um objeto para ela mesma”⁴⁹. Tal faculdade torna possível a auto-consciência, isto é, a consciência de mim mesmo enquanto sujeito de representações. Na Crítica, Kant distingue entre sentido interno e apercepção, salientando o caráter passivo do sentido interno com sua forma da sensibilidade, o tempo. É mediante o sentido interno que a mente intui a si mesma e seus estados, na forma do tempo. [B37] O tempo é a forma do sentido interno e, precisamente por isso, por ser um aspecto formal ineliminável de todas representações que posso atribuir a mim mesmo, é, nesse sentido, uma condição de toda representação. Assim, quando a imaginação determina o sentido interno em alguma relação de tempo, temos que pensar nas representações que uma consciência produz para si mesma e que essas representações não necessariamente são empíricas, mas que ainda assim se colocam dentro de relações temporais tais como sucessão, permanência e concomitância.

Aqui tudo que precisamos fazer é inferir do geral ao particular, isto é, tomar o elemento constitutivo de toda representação possível de consciência para o caso das analogias. Uma vez que o tempo é forma do sentido interno – sentido em posso reunir todas as minhas representações –, ele é também forma da intuição empírica, precisamente onde se aplicam os princípios. No entanto, como ocorre essa determinação da imaginação?

Essa segunda premissa ainda apresenta uma outra premissa oculta, que na verdade só é ocultado pelo esquecimento. Ao ler a segunda analogia podemos estar esquecidos de um aviso que Kant teria dado na prova do princípio geral para todas as analogias. Lá, ele escreve que:

as analogias possuem sua única significação e validade enquanto princípios não do uso transcendental, mas simplesmente do uso empírico do entendimento, podendo, portanto, também ser provadas só enquanto tais. Consequentemente, os fenômenos têm que ser subsumidos não pura e

também porque andam a priori a possibilidade de outro conhecimento.

49. Kant. FS The false subtlety of the Four Sillogistic Figures. P.60. P. 140

simplesmente às categorias, mas só aos esquemas delas.⁵⁰

Ora, se é assim, é precisamente aqui que devemos ir com calma, pois a síntese da imaginação que conecta o múltiplo liga este múltiplo não diretamente às categorias, mas aos **esquemas** que são condição da experiência. Os esquemas são determinações transcendentais do tempo homogêneas às categorias.⁵¹ Kant explica que os esquemas são representações mediadoras que não podem ser empíricas, mas que contêm um lado sensível e outro lado intelectual. Essa posição é precisamente a posição da imaginação na sua relação com as faculdades de conhecimento. Assim, é coerente dizer que o esquema é somente um produto da capacidade de imaginação onde ocorre uma determinação geral da sensibilidade, sem ainda que possamos atribuir figura a essa determinação. As categorias esquematizadas são homogêneas aos fenômenos na medida em que são determinações de tempo.

A razão para voltarmos brevemente ao esquematismo é dupla. A primeira razão acabamos de elencar: as analogias só podem ser provadas através da conexão dos princípios com os esquemas. A segunda razão é motivada porque o passo seguinte dado por Kant na prova da Segunda Analogia exige, indiretamente, que pensemos no esquema do conceito de causa:

Tal conexão, porém, pode ligar de duas maneiras os dois referidos estados, de modo que um ou outro preceda no tempo: pois o tempo não pode ser percebido em si mesmo, nem em referência a ele se pode determinar, por assim dizer empiricamente no objeto, o que precede e o que sucede.

Kant ainda fala da conexão que fazemos na nossa percepção, mas agora ele a analisa em sentido proléptico. Ele fala da possibilidade de ligar de duas maneiras os estados que unimos na sucessão. Ora, se Kant fala dessa possibilidade é porque ele não está considerando a necessidade que estaria implicada quando essas percepções são atuais. Essa possibilidade, essa consideração hipotética, revela o exercício que Kant está realizando. Ele diz que poderíamos ter conectado o estado A antes do estado B, ou bem, o estado B antes de A. Esta formulação permite identificar a sucessão de estados meramente distintos com o esquema de causa-efeito, que é enunciado como o

50. B223

51. B177

“real ao qual, se é posto a bel prazer, segue sempre algo diverso”⁵². Da possibilidade de perceber uma sucessão de algo diverso, é que podemos derivar a possibilidade de que esse diverso seja ordenado.

b) A conexão das percepções em sucessão não é necessária

Na mera percepção desses estados em sucessão não há nada que nos informe sobre a necessidade de um estado anteceder o outro e não há nada na percepção que permita o conhecimento dessa sucessão enquanto ordenada. Kant afirma que dado que o tempo não pode ser percebido em si mesmo, não há como descobrir no tempo a ordem objetiva dessa sucessão. O tempo é uma realidade subjacente às representações e não podemos através do seu exame, isolado da presença dos fenômenos, descobrir nada que diga respeito à determinação objetiva dos fenômenos. A referência a ele via fenômenos tampouco nos ajudaria, pois tudo que temos ao perceber uma sucessão, é a temporalidade dentro do quadro subjetivo da minha percepção e não um conhecimento de como os fenômenos se conectam objetivamente no tempo.

Desse modo temos a percepção de uma sucessão, mas não ainda de uma mudança, uma vez que esta última torna possível a ligação de predicados opostos contraditoriamente num mesmo objeto e aqui Kant pretende dizer que não determinamos um objeto, uma vez que com sua determinação vem a necessária determinação de uma ordem.⁵³ Por essa razão Kant pode concluir o que se segue:

Sou, portanto, somente consciente que minha imaginação põe um estado antes e outro depois, e não que no objeto um estado preceda outro; ou, em outras palavras, pela mera percepção fica indeterminada a relação objetiva dos fenômenos que se sucedem.⁵⁴

Quando a imaginação fabrica a sucessão de estados, na mera percepção, observamos

52. B183

53. Como diz Kant sobre o conceito de mudança, “O conceito de mudança só é possível por e na representação de tempo; se essa representação não fosse intuição interna a priori, nenhum conceito, seja qual for, poderia tornar compreensível a possibilidade de uma mudança, isto é, de uma ligação de predicados opostos contraditoriamente num mesmo objeto. Somente no tempo, isto é, sucessivamente, duas determinações opostas contraditoriamente podem ser encontradas numa coisa.”

54. B233-4

somente o múltiplo sensível mudando sua ordenação. Temos somente dados brutos passando em sucessão sem compor nenhum objeto de conhecimento. Por isso Kant diz que na percepção fica indeterminada a relação objetiva dos fenômenos. Mas o que quer dizer a relação objetiva? Em B141 há uma passagem bastante importante que nos ajuda a aprofundar nossa compreensão:

Todavia, se distingo mais exatamente a relação de conhecimentos dados em cada juízo e, enquanto pertencentes ao entendimento, os distingo da relação segundo leis da imaginação reprodutiva (que possui validade subjetiva), vejo que um juízo não é senão o modo de levar conhecimentos dados à unidade objetiva da apercepção. Nos juízos a partícula *é* visa distinguir a unidade objetiva de representações dadas da unidade subjetiva. Com efeito, tal palavrinha designa a referência dessas representações à apercepção originária e à sua unidade necessária, embora o próprio juízo seja empírico e por conseguinte contingente, por exemplo os corpos são pesados.⁵⁵

Para Kant, não há conhecimento sem determinação do objeto através de um juízo. Tal determinação de um objeto ocorre se o juízo expressar algo independente da mera relação segundo leis da imaginação reprodutiva. Nessa determinação, é importante distinguir o que é uma propriedade do objeto enquanto observado e uma propriedade do objeto abstração feita do observador. A primeira considera somente a relação subjetiva com os objetos, já a segunda busca considerar objetivamente o dado. Um juízo só satisfaz essa concepção de conhecimento quando encontra como fundamento a apercepção transcendental, pois ela que serve de fundamento de síntese dos objetos e contém, portanto, a unidade objetiva necessária ao conhecimento. Desse modo, quando fazemos um juízo de experiência, estamos realizando um modo de levar conhecimentos dados à unidade objetiva da apercepção. Isso é o que nos permite reconhecer uma certa ordem do múltiplo enquanto independente de mim.

Kant diz que na forma do juízo a cópula “é” é o elemento que expressa a objetividade de um juízo, supondo que esse elemento do juízo represente a operação de envio das representações do juízo à unidade objetiva da apercepção. A objetividade, diz ele, não significa que todo juízo representará uma verdade necessária. Quando digo “A cadeira é vermelha” verdade deste juízo é contingente – o mundo poderia ser diferente – e, portanto, não é uma verdade necessária. No

⁵⁵. B141

entanto, o que a objetividade desse juízo expressa é um certo modo necessário de sintetizar um múltiplo sensível e determinar um objeto existente. O modo de sintetizar tal múltiplo não é opcional e não é ao meu bel prazer que determino o modo como o múltiplo será representado. As categorias do entendimento são conceitos a priori que expressam o modo como devemos sintetizar o múltiplo.

Outro problema que a partícula 'é' poderia causar-nos seria lançar a pergunta sobre o modo como Kant justifica a objetividade para a forma do juízo que, na síntese das categorias, produz a sucessão, isto é, a causalidade. Aparentemente, na fórmula “se...então...” não está presente a cópula. Quanto a isso, Kant é bastante claro em B98 ao dizer que das três formas que relacionamos pensamentos em um juízo, a do juízo hipotético (relação de razão com a consequência) é uma relação de juízos. Assim, a forma do juízo hipotético é Se A é B, então C é D. Portanto, é visível que se há uma composição de juízos, a cópula que fala da objetividade no parágrafo 18 da Dedução Transcendental aparece escondida em cada juízo da relação se os pensássemos como um mero juízo na forma Se A, então B.

c) Para que haja conhecimento é necessário que haja sucessão determinada.

A relação objetiva que Kant fala na segunda analogia exige, portanto, uma certa reconstrução que foi apontada aqui. No entanto, ao final deste primeiro argumento vemos qual aspecto da sua concepção de objetividade está em jogo. Eis a última premissa, antes da conclusão final do argumento:

Ora, para ser conhecida como determinada, a relação entre os dois estados precisa ser pensada de tal modo que através dela fique necessariamente determinado qual deles deva ser posto antes e qual depois, e não vice-versa. Mas o conceito que traz consigo uma necessidade da unidade sintética pode ser apenas um conceito puro do entendimento que não jaz na percepção, e é aqui o conceito da relação de causa e efeito, pelo qual a primeira determina o segundo no tempo como aquilo que sucede e não como algo que pudesse preceder meramente na imaginação (ou não pudesse ser percebido simplesmente de modo algum).⁵⁶

Kant enuncia o que é uma condição para conhecer algo como determinado numa sucessão. Tal condição é que possamos determinar o que vem antes e o que vem depois, segundo uma ordem.

56. B234

O ponto aqui é novamente o significado de necessidade: o que significa pensar que um estado é necessariamente posto antes de outro e que essa condição é necessária ao conhecimento? Quando vemos um barco que desce uma corredeira, vemos passar primeiro por uma parte alta do leito do rio e posteriormente pela parte mais baixa. Isso significa que o evento 'ver um barco descer uma corredeira' necessariamente implica que esse barco esteja primeiramente em um nível alto do rio e depois em um nível baixo? A necessidade em questão não ocorre em função do tipo de evento. Ainda que possamos dizer que um evento A tem como ordem de seus estados x em t1 e y em t2, e que tal ordem é necessária para determinar o tipo de evento, Kant está preocupado em afirmar outro tipo de necessidade. A necessidade que Kant afirma é a de um conceito que determine um modo de síntese. A síntese da apreensão sob a forma do conceito de causa possibilita que um evento seja descrito sob a forma da mudança e da sucessão temporal. O modo como um evento se dá não é o ponto que interessa a Kant, pois a descrição Barco descendo uma corredeira, poderia encontrar infinitas intuições que a satisfazem. Assim, não é a relação da representação intuitiva com o tipo de evento que interessa – para, a partir disso, saber se o objeto está em sucessão. O ponto é, antes mesmo de saber o que é um barco que desce uma corredeira, saber se há um modo de determinar necessariamente uma ordem para um múltiplo em sucessão. Assim, para poder determinar o que vem antes ou depois não é um certo conhecimento empírico de como os eventos ocorrem no mundo, isso somente a experiência pode nos dar. Kant busca qual a condição para ter a experiência de um evento. Ora, para ter um conhecimento de que a ordem sucessiva implica que um estado anterior determina o estado posterior é necessário o conceito de causalidade, pois somente com ele consigo representar uma ordenação como necessária (que não seja arbitrária ou puramente subjetiva).⁵⁷

Portanto, só enquanto subordinamos a sucessão dos fenômenos e, portanto, toda a mudança à lei de causalidade, é possível a experiência, isto é, o conhecimento empírico dos fenômenos; por isso, enquanto objetos da experiência estes só são possíveis segundo precisamente aquela lei.⁵⁸

Tal como Kant prometera no início início da sua Crítica, ele investigaria qual a legitimidade dos conceitos do entendimento. Ora, aqui na segunda analogia vemos exatamente que ele mostra a

57. Aqui poderíamos discutir se a relação de causa-efeito presente no conceito é necessária, no entanto, deixaremos isso para os momentos posteriores da apresentação.

⁵⁸ B234

necessidade de uma regra necessária (supondo que há regras que não exprimem necessidade). Ele mostra que supor um conceito como o de causalidade é legítimo quando se trata de saber o que é capaz de determinar a sucessão do múltiplo da intuição. Assim, Kant tentou mostrar o quanto uma regra necessária (que expressa necessidade) é algo necessário.

3. O que prova Kant?

Até aqui temos a reconstrução do primeiro argumento da Segunda Analogia da Experiência. Se fossemos avaliar o que foi provado, certamente teríamos razão para muita discordância, pois, afinal, o que se provou? Aqui vão algumas teses candidatas.

1. Todos eventos tem alguma causa.
2. Todos os eventos que tem mesma causa, tem o mesmo efeito.

Em famoso artigo intitulado “A Prussian Hume and a Scottish Kant”, Lewis White Beck mostra o quanto Kant está no rastro das mesmas questões que levaram Hume a investigar o conceito metafísico de causalidade. Nos Prolegômenos, Kant já dissera que a pergunta de Hume era saber se tal conceito encontra fundamentos racionais ou se se trata de uma ilusão do entendimento humano. O prussiano afirma que faltou a Hume precisamente a hipótese do idealismo transcendental.

O que se tornou famoso nesse artigo é uma certa forma de colocar o problema. Beck utiliza uma formulação que passou a ser adotada por inúmeros comentadores⁵⁹ e que apresenta a prova de Kant em duas hipóteses – no caso, as duas primeiras enumeradas acima. Primeiramente, apresentarei o que estas hipóteses de formulação e posteriormente apresentarei o que consigo interpretar da letra de Kant.

TEAC: (1) Para todo evento e há um evento c e c causa e . (Todo-evento-alguma-causa)

MCME: (1) Para todo evento e há um evento c e c causa e , E (2) Se c causa e , então há um tipo de evento C do qual c é uma instância e algum evento tipo E do qual e é uma instância tal que

59. Allison em Kant's Transcendental Idealism, Kemp Smith em A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason e Graham Bird em Kant's Theory of Knowledge são alguns dos mais ilustres.

quando um evento do tipo C ocorre, um evento do tipo E se seguirá. (Mesma-causa-mesmo-efeito)

O que está em jogo aqui não é somente uma interpretação para as palavras de Kant, mas uma certa concepção metafísica de que eventos possam ser agrupados em tipos. Uma regra que determine a experiência em tipos de eventos e conexão entre tipos é diferente de uma regra que determine meramente um tipo conexão de eventos.

TEAC não faz menção a tipos de eventos e deixa a questão das generalizações em aberto. Se a prova é essa, teremos assegurado meramente que para um evento particular deve haver uma causa. Isso significa também que se em um determinado momento um evento A causou um evento B, isso não garante que necessariamente em outro tempo um evento A causará o mesmo evento B ou que o evento B tenha sido necessariamente causado por A. A vantagem desta interpretação seria principalmente o fato de que ela permite pensar as analogias como princípios constitutivos da experiência, sem comprometer o princípio com teses sobre regularidades no mundo. Obviamente, a partir dessa interpretação não é possível pensar uma teoria geral da causalidade, mas, somente, o que é a causalidade enquanto juízo sintético a priori, no entanto, isso diz mais respeito a nossas expectativas enquanto leitores do que compromissos que Kant deseja de fato atender.

Diferentemente, MCME garantiria que para cada evento particular deve haver uma possível generalização. Disso não se segue que generalizações verdadeiras são verdades necessárias – pois o tipo de experiência que temos continuaria contingente. A vantagem de tal interpretação seria que ela responde àquilo que Hume coloca no Tratado:

Primeiramente, por que razão nós chamamos isso necessário, que todas coisas que têm um início de existência, devem também ter uma causa?

Secundariamente, por que concluímos, que tal causa particular deve necessariamente ter tais efeitos particulares; e qual a natureza dessa inferência que fazemos de uma a outra e da crença que repousa nisso.⁶⁰

As questões humeanas parecem poder ser bem respondidas se adotamos a leitura MCME, pois, além de provar que todo evento tem uma causa, provaria que todo evento é um tipo de evento que terá um determinado tipo de efeito. Há outra vantagem que é fundamental para resolver os problemas de Hume: a segunda alternativa concede que eventos com mesma causa se repitam, algo extremamente interessante para resolver o problema da indução, uma vez que evitaria o problema

60. Tratado, Livro I, pt. III, §III,

da prova indutiva do Princípio de Uniformidade da Natureza.

As desvantagens dessa interpretação aparecem se pensarmos que as Analogias são princípios que tornam a experiência possível e que a cláusula de repetibilidade dos eventos é algo que não diz respeito a tornar a experiência possível, mas que é uma determinação ulterior dos fenômenos e não necessária. Conhecer se um evento tem causas que se repetem não é uma questão sobre juízos a priori, nem se eventos podem se repetir. Isso é matéria de indução ou do uso hipotético da razão na sua função regulativa do conhecimento.

Outra desvantagem vem do fato de que tal interpretação não encontra em momento algum subsídios consistentes na letra de Kant. Seus exemplos não necessitam da cláusula da repetibilidade dos eventos para funcionar, mas isso, no entanto, ficará mais claro posteriormente.

4. Conclusão

O segundo capítulo tratou de uma semelhança estrutural que há entre o argumento geral das analogias e o primeiro argumento da segunda analogia. Tal semelhança não é um acaso, uma vez que o princípio geral serve de prova para as analogias de um modo geral e cada analogia terá seu modo específico de prova. Ambos argumentos concluem encontrando um sentido específico de necessidade: é necessário que haja juízos sintéticos a priori para poder determinar uma ordem nas aparências. O caso da segunda analogia é claro: o conceito que determina a ordem é o conceito de causalidade, que determina os fenômenos em sucessão.

Os próximos argumentos buscarão provar o princípio de causalidade a partir de outras táticas e explorando outras noções de necessidade. Como foi dito na introdução, tentarei mostrar que em cada argumento Kant termina por usar um sentido de necessidade que constitui a base da sua prova. Passemos agora a provas que Kant dá e que não obedecem a estrutura oferecida no princípio geral.

1. Introdução

O segundo argumento da Segunda Analogia da Experiência é o mais longo e aquele sobre o qual mais polêmica foi gerada. É difícil saber qual a conclusão exata que Kant deseja extrair das suas explicações da sucessão objetiva e da sucessão subjetiva – que são as noções principais deste argumento - e a prova dessa dificuldade é o histórico de debates acerca de qual é de fato a prova de Kant. Neste capítulo, pretendo analisar o segundo argumento de modo a decompor premissas e conclusões fazendo uma apresentação da bibliografia secundária sobre o tema. A maior dificuldade deste argumento não está na forma como ele está escrito, pois Kant é bastante claro na elaboração das frases e dos exemplos. O principal problema é que, apesar das peças do quebra-cabeça terem uma forma bastante definida, elas podem ser encaixadas de diferentes modos gerando figuras aceitáveis que poderíamos crer serem as certas.

O segundo argumento da prova da Segunda Analogia é bastante diferente do primeiro argumento. O primeiro, como disse anteriormente, mostra que somente com uma regra que fosse capaz de determinar uma sucessão temporal nos fenômenos é possível representar objetos existentes. Tal argumento encaixa-se muito bem no modo como o princípio é anunciado no início da prova: o “Princípio de sucessão temporal segundo a lei da causalidade” é o princípio ao qual todo fenômeno está submetido. Tal princípio determina que a representação das mudanças que ocorrem nos fenômenos ocorre necessariamente numa sucessão temporal e somente através do conceito de causalidade é possível determinar a sucessão de estados nos fenômenos. No entanto, a enunciação que Kant faz logo abaixo poderia causar estranhamento, pois ela diz que “Todas as mudanças acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito”. A tensão principal é pensar o conceito de causa como um conceito que meramente determina a sucessão temporal ou como um conceito que explica como as coisas mudaram. Se não diferenciamos bem os dois sentidos da causalidade poderíamos cair em questões como: se toda mudança acontece segundo a lei da conexão de causa e efeito, seria a transformação da água em gelo uma transformação cuja lei é a priori? É a lei de causa e efeito que rege a mudança da água em gelo ou as leis da termodinâmica? As leis da termodinâmica são leis causais das quais Kant fala?

O segundo argumento gera confusões desse tipo devido ao fato de que o centro do argumento está em diferenciar o que é uma sucessão objetiva de uma sucessão subjetiva. A sucessão objetiva é aquela cuja condição de possibilidade reside no conceito de causalidade, mas,

como veremos, dependendo do modo como compreendemos a causalidade podemos ter uma pletera de argumentos distintos como justificativa da sucessão objetiva.

O modo como organizei este capítulo inclui duas grandes partes que têm suas divisões internas. Primeiramente, farei de “próprio punho” uma apresentação do argumento. Como o argumento está dividido em duas partes, esta primeira parte terá duas sessões. A segunda parte do capítulo é dedicada à bibliografia secundária. Nessa sessão veremos inúmeras interpretações para o argumento de Kant e buscarei apresentar críticas a essas formas de interpretação.

2. O segundo argumento.

O segundo argumento de Kant localiza-se nas passagens B234 e vai até B239.⁶¹ Trata-se do argumento mais longo da segunda analogia e reúne uma série de premissas que demandam premissas ainda mais altas do idealismo transcendental. A primeira parte dedica-se a mostrar que o conceito de causalidade aplica-se somente aos fenômenos em si e não a coisas em si. A segunda parte busca provar que se a sucessão de um fenômeno é irreversível, então ele é objetivo.

2.1. Primeira Parte: Causalidade e Fenômeno.

2.1.1. Constituição do Fenômeno

O segundo argumento inicia pela apresentação de uma premissa que já fora trazida no primeiro argumento. A intenção geral da primeira parte do argumento é, como poderemos ver, definir os elementos fundamentais da noção de fenômeno para poder depois construir as noções de sucessão objetiva e sucessão subjetiva.

Fenômeno é tudo que se manifesta, que aparece. Essa palavra tem para Kant o significado de representação da qual podemos ter experiência. Assim, objetos materiais, são aqueles mais facilmente identificados com fenômenos.

Kant inicia afirmando que “a apreensão do múltiplo do fenômeno é sempre sucessiva”⁶². Ora, tal premissa não implica ainda que o múltiplo, enquanto afecção proveniente de um objeto que

61. Utilizando a divisão de Paton em *The metaphysics of Experience*. p. 245

62.B234

não conhecemos, seja também sucessivo. No entanto, implica que as representações dos fenômenos sejam sucessivas. Ora, a sucessão é um dos modos do tempo, que enquanto forma do sentido interno, nos determina a representar pensamentos e objetos de modo sucessivo. Assim, dada a complexidade do uso da noção de representação, Kant se volta a esse conceito.

Ora, pode-se chamar objeto tudo e mesmo toda representação na medida em que se é consciente dela; só que o que esse termo deve significar nos fenômenos, não na medida em que estes (como representações) são objetos, mas apenas designam um objeto, é de se investigar mais profundamente.⁶³

Dada uma tal definição de objeto enquanto qualquer representação de que se possa ter consciência, esse objeto obviamente não precisa ser um existente. Deus, Liberdade e Alma são objetos dos quais podemos ter consciência, no entanto, não é certo que, do ponto de vista da razão teórica, possamos dizer que eles designam existentes. As analogias, no entanto, dedicam-se unicamente à constituição e regulamentação da ordem temporal da experiência de fenômenos. Assim, o termo objeto deve ter um significado específico na segunda analogia. No caso das analogias, os objetos são os fenômenos especificamente.

Na medida em que os fenômenos só como representações são ao mesmo tempo objetos da consciência, não se distinguem de modo algum da apreensão, isto é, do acolhimento na síntese da capacidade de imaginação, devendo-se portanto dizer: o múltiplo dos fenômenos é sempre produzido sucessivamente na mente.⁶⁴

Esta passagem do argumento fala do modo como o fenômeno é apresentado à mente. Só conhecemos os fenômenos porque estes são representações e, dado que toda representação é uma representação para uma consciência, os fenômenos ocorrem devido aos atos da mente⁶⁵ que constituem enquanto representações. No caso do idealismo transcendental, as representações são

⁶³ B234

⁶⁴ Idem

⁶⁵ A idéia de que a mente é essencialmente judicativa e que juízos são atos da mente encontra-se na Lógica de Port-Royal de Arnaud e Kant é notoriamente um adepto dessa idéia.

formadas a partir de uma afecção por dados que a mente precisa apreender e sintetizar para que a informação recebida tenha algum valor cognitivo.

A síntese do múltiplo, no entanto, está condicionada pela natureza da sensibilidade humana. As condições formais de apreensão de um múltiplo são apresentadas na Estética Transcendental. Nessa parte da Crítica da Razão Pura, Kant supostamente provaria que o tempo é condição formal da sensibilidade e, desse modo, a representação de qualquer objeto existente está condicionada ao tempo. Uma vez que a mente representa fenômenos no tempo e os modos do tempo são a permanência, sucessão e a concomitância, os fenômenos são representados nesses três modos.

Posteriormente a essa reapresentação dos fenômenos como objetos de consciência, Kant volta a expor premissas muito básicas do seu sistema idealista. Ele afirma que saber como possam ser as coisas em si mesmas (sem consideração das representações pelas quais nos afetam), está completamente fora da nossa esfera de conhecimento,⁶⁶ desse modo, nosso acesso ao conhecimento dos fenômenos se dá exclusivamente em função da nossa capacidade de representá-lo, sem um acesso direto aos objetos. Ainda que o conhecimento das coisas em si seja inatingível, para Kant, podemos ter conhecimento dos fenômenos. Destes, podemos conhecer o modo como são dados – isto é, pela síntese do múltiplo sensível por parte da imaginação de acordo com categorias e princípios do entendimento - e, por isso, Kant diz que podemos saber que a ligação no tempo pode ser atribuída aos fenômenos. Por contraposição, não podemos saber se as coisas em si existem no tempo, pois elas não são representações da experiência e, nesse sentido, não são objeto de conhecimento.

2.1.2. O exemplo da casa.

Kant passa então ao exemplo do múltiplo da casa. O mais interessante de visitar os exemplos é que eles deveriam, supostamente, apresentar o pensamento do autor nos exatos termos do que ele tem em mente. No entanto, aqui é extremamente difícil fazer essa conexão e muitas interpretações surgem a partir das palavras de Kant.

Ele diz:

Assim, por exemplo, a apreensão do múltiplo no fenômeno de uma casa que está diante de mim é sucessiva. Ora, a questão é se o múltiplo desta mesma

66. B235

casa é também em si sucessivo, o que certamente ninguém concederá.⁶⁷

Se penso no múltiplo em si, é necessário pensar no múltiplo da casa abstração feita da minha relação empírica com a casa – isto é, da minha percepção dela. Assim, quando me pergunto se o múltiplo existe em uma sucessão temporal; obviamente devo responder que sim, pois independentemente de perceber a casa, ela existe como produto da síntese transcendental da imaginação de acordo com as regras do entendimento.

Kant deseja saber se aceitaríamos a pergunta sobre se o múltiplo da casa existe numa sucessão. Kant diz que essa pergunta receberia um não como resposta óbvia. No entanto, para pensar que essa seria a resposta óbvia, é necessário pensar se tal pergunta não está infringindo alguma conclusão do senso comum. Para que isso esteja acontecendo, penso que Kant deve estar compreendendo que o múltiplo existir em sucessão seria algo aproximado a pensar que ao apreender a existência de uma casa, primeiro existiriam as paredes que temos contato, depois, conforme nos movemos, toda realidade que inclui a casa passa a desvendar-se e a existir, como num sonho.

Ora, se o múltiplo da casa não existe em sucessão, podemos concluir que a apreensão do múltiplo e o múltiplo do fenômeno são duas coisas distintas. O fato de que a apreensão do múltiplo seja em sucessão, não implica que a existência das partes da casa existam em sucessão e que para existir, dependam da apreensão em sucessão. A casa como um todo, e não meramente suas partes, existe em uma única sucessão temporal, mesmo que não seja possível perceber todas as suas partes, que existem em concomitância.

2.1.3. Fenômeno e Objetividade

O final do primeiro argumento é dedicado a evidenciar que fenômenos são representações objetivas e que, nessa condição, elas são representadas guardando certa autonomia com relação à percepção empírica.

A diferenciação entre fenômeno e coisa em si aparece com bastante força a partir de B236. Kant diz que a consciência de que a casa é um objeto de representação ocorre quando “elevo meus conceitos de um objeto à significação transcendental, a casa não é absolutamente uma coisa em si

67. B236

mesma, mas só um fenômeno, isto é, uma representação cujo objeto transcendental é desconhecido”.

Ora, se elevar o conceito à significação transcendental dá a consciência de que aquilo que represento não é uma coisa em si, mas sim de que estou meramente representando um fenômeno, posso dizer que esse ato de elevar os conceitos a tal significação é gerar em mim a consciência de que eu sou o sujeito da síntese do múltiplo. Nessa condição, estou reconhecendo que toda minha consciência de um fenômeno é tributária de uma síntese de um sujeito transcendental que é o mesmo na sucessão dos fenômenos. Assim, não conheço as coisas tal como elas são em si mesmas, mas somente na medida que minhas condições sensíveis e intelectuais permitirem conhecer – isto é, na medida em que podem aparecer para mim. Kant, emulando a pergunta do seu oponente, recoloca-se a pergunta de como o múltiplo de um fenômeno pode ser ligado no fenômeno, uma vez que se não temos acesso às coisas tal como elas são em si (isto inclui pensar que elas já são ligadas), deve haver uma explicação de como ligamos o múltiplo para experimentar a realidade. Ora, é precisamente pela unidade da síntese do múltiplo pela imaginação e pela aplicação das categorias do entendimento na constituição e regulamentação da experiência possível que a ligação do múltiplo ocorre.

O filósofo alemão passa então à explicação do seu conceito de verdade para poder falar em objetividade no juízo.

Já que a concordância do conhecimento com o objeto é a verdade, vê-se logo que aqui só pode ser perguntando pelas condições formais da verdade empírica e que o fenômeno, em contraposição às representações da apreensão, só pode ser representado como objeto distinto das mesmas se está sob uma regra que o distingue de qualquer outra apreensão e torna necessário um modo de ligação do múltiplo. O objeto é aquilo que no fenômeno contém a condição dessa regra necessária da apreensão.⁶⁸

Num sistema idealista é comum pensar que qualquer juízo é sempre verdadeiro, uma vez que a realidade é constituída pela mente e esta, ao julgar, não pode errar sobre aquilo que ela mesma produziu. Isso, contudo, não passa de uma caricatura que tende ao falso. O sistema kantiano é mais complexo. A verdade é, para ele, a concordância do conhecimento com o objeto, mas o objeto é o fenômeno representado objetivamente através da apreensão do múltiplo que concorda com os

⁶⁸ B236

conceitos a priori. A objetividade, nessa definição final, é o que permite a Kant dar o passo seguinte no seu argumento, pois sem que haja uma representação objetiva – ainda que dependente de condições subjetivas – não seria possível um juízo sobre a experiência, mas meramente sobre um jogo subjetivo.

Kant passa então ao encaminhamento da segunda parte do argumento. Ele pretende que separando o conceito de objeto em fenômeno objetivo e percepção subjetiva de um fenômeno, possamos, mais adiante, distinguir o que é uma sucessão objetiva de uma sucessão subjetiva. Isso provaria que o conceito de causa é o conceito que determina a sucessão dos fenômenos objetivamente.

O segundo ponto dessa citação é conectado ao primeiro, pois determina um critério para a objetividade que será usado para distinguir os fenômenos. O fenômeno só pode ser representado enquanto um objeto distinto das minhas representações da apreensão, se ele estiver submetido a uma regra. Esse critério de objetividade será retomado por Kant na segunda parte do argumento, mas é fundamental notar que seu movimento aqui foi, em primeiro lugar definir qual objeto conta nas analogias, para posteriormente passar à explicação do que é uma sucessão objetiva.

Se Kant provar que a sucessão objetiva ocorre porque nossas representações de fenômeno são constituídas por juízos sintéticos a priori tal como aquele que a causalidade expressa, ele terá provado que o conceito de causalidade é o conceito que constitui e regulamenta a sucessão dos fenômenos objetivamente. Isso é diferente de provar que todo fenômeno tem uma causa, ou que todo fenômeno tem uma lei universal que determina sua dinâmica. O conceito de causalidade de Kant, se é um constituinte da experiência, tem por função meramente tornar a experiência possível, independente das relações contingentes que possam reger esta. Por essa razão, Kant diz que o que é necessário é um certo modo de apreensão do múltiplo. Esse modo é o modo sucessivo, cujo conceito do entendimento que dá forma à sucessão é o conceito de causalidade.

2.2. Sucessão Objetiva x Sucessão Subjetiva.

Após apresentar na primeira parte do argumento uma definição de fenômeno na qual fez pesar o caráter objetivo da representação sintetizada pela imaginação de acordo com conceitos, Kant pede para retornar ao seu principal objetivo para esta sessão. Aqui ele apresenta seu primeiro argumento para dizer que toda existência está conectada causalmente.

2.2.1. O argumento do tempo vazio

Deixai que agora nos acerquemos de nosso problema. Que algo aconteça, isto é, se torne algo ou um estado que antes não era, não pode ser percebido empiricamente se não preceder um fenômeno que não contenha em si esse estado. Com efeito, uma realidade que sucede um tempo vazio, por conseguinte um surgir ao qual não precede nenhum estado de coisas, pode ser apreendido tampouco como o próprio tempo vazio. Portanto, toda apreensão de um dado é uma percepção que sucede a uma outra.⁶⁹

O argumento apresentado aqui busca concluir que toda percepção de uma sucessão deve conter um estado que é antecedido por outro. A própria ideia de sucessão só faz sentido se falamos de, no mínimo, dois estados de coisas. O que, no entanto, é novidade, é o fato de que Kant, nas analogias, está falando de princípios regulativos dos objetos e constituintes da experiência. Se é assim, ele está falando que na experiência só é possível sucessão através da conexão de estados. Ficaria, desse modo, excluída a possibilidade de haver sucessão em um tempo sem fenômenos ou, ao menos, que haver sucessão de um tempo sem fenômenos para um tempo em que há fenômenos, é inapreensível na experiência. Isto é, imaginando que houvesse um tempo vazio, não poderia haver sucessão a este tempo tal que houvesse fenômenos no momento seguinte. Isso ocorre porque, para Kant, a conexão dos momentos se dá de modo a relacionar os fenômenos. Não pode haver apreensão do vazio, pois não há múltiplo para ser sintetizado de modo sucessivo. Se não há múltiplo sintetizado no tempo, não pode haver constituição do fenômeno.

2.2.2. Critério de Irreversibilidade

Após apresentar o argumento da impossibilidade de apreensão do tempo vazio, Kant segue apresentando o critério de irreversibilidade da apreensão:

Mas visto que em toda a síntese da apreensão as coisas se passam como mostrei acima no fenômeno de uma casa, então por isso a apreensão ainda não se distingue das outras. Não obstante, observo ainda que, se num

⁶⁹ 236-7

fenômeno que contém um acontecimento denomino A o estado precedente da percepção e B o estado seguinte, B só pode suceder A na apreensão, porém a percepção A não pode suceder a B, mas precedê-la.⁷⁰

Se em toda síntese as coisas se passam como no fenômeno da casa, isso significa que toda apreensão se dá em partes. Essas partes são percebidas de modo irreversível, não porque não seja possível perceber primeiro A, depois B e posteriormente B, depois A. Não há nenhuma ordem necessária entre perceber primeiro a janela depois a porta, ou primeiro a porta, depois a janela. O que não podemos reverter é que se observamos primeiro a porta em t1, depois a janela em t2, se revertermos nossa percepção, isso necessariamente se dará em t3. O tempo, enquanto grandeza acumulativa, não volta e também nesse sentido é irreversível.

A irreversibilidade que Kant apresenta como critério, também pode ter outro significado. Ela seria não a irreversibilidade do tempo, mas a irreversibilidade do fenômeno. Isto é bastante diferente, ainda que a irreversibilidade de um fenômeno não possa ser na realidade reversível, podemos imaginar eventos sendo revertidos. Um fenômeno que ocorre necessariamente na sucessão de eventos A-B, não pode ocorrer do modo B-A por suas propriedades internas e não porque seja impossível pensá-lo de outro modo ou reverter sua ordem.

2.2.3. Análise do exemplo do Navio e do exemplo da Casa

Para melhor analisar qual irreversibilidade Kant está falando, é útil passar aos exemplos que ele oferece.

Por exemplo, vejo um navio descendo a corrente. A minha percepção da sua posição mais abaixo sucede a percepção da sua posição mais acima no curso do rio, e é impossível que na apreensão deste fenômeno o navio devesse ser percebido primeiro mais abaixo, porém depois mais acima da corrente. Portanto a ordem na sucessão das percepções na apreensão é aqui determinada, e a apreensão está vinculada a tal ordem.

No exemplo anterior de uma casa, as minhas percepções podiam começar na

70. B237

apreensão do teto e terminar no seu chão, mas também começar embaixo e terminar em cima, do mesmo modo como podiam apreender à direita ou à esquerda o múltiplo da intuição empírica. Na série de percepções não havia, portanto, nenhuma ordem determinada que tornasse necessário onde eu teria que começar na apreensão para ligar empiricamente o múltiplo. Esta regra, porém, encontrar-se-á sempre na percepção daquilo que acontece, e ela torna necessária a ordem das percepções que se sucedem (na apreensão deste fenômeno).

Aqui por vezes pode parecer que Kant deseja que pensemos: Ora, a sucessão de um barco descendo a corredeira é claramente uma sucessão irreversível, pois se vemos um barco descer a corredeira e não o vemos subir, ele estará em um lugar mais alto em t_1 e em um lugar mais baixo em t_2 . Já o exemplo da casa é reversível porque ainda que percebamos primeiramente a sucessão de janela, porta e teto, poderíamos perfeitamente perceber a sucessão teto, porta e janela. No entanto, será tão simples assim o que Kant quer nos passar?

Se o princípio de causalidade é responsável meramente pela sucessão na experiência, podemos nos perguntar “O que tem a ver o princípio de causalidade com o fato de que seja impossível que devêssemos perceber o barco subir a corredeira?” Alguém poderia responder, “ora é impossível que devêssemos perceber qualquer outra coisa, pois no sentido normativo não há exatamente o que devemos perceber. O mundo é composto de acidentes” Outra resposta possível seria, “é impossível perceber outra cena porque quando um barco desce uma corredeira, é necessário que ele desça devido a lei da gravidade”. Ambas respostas diferem da compreensão da lei de causalidade. A primeira, não se detém no tipo de fenômeno. Ela dá ênfase ao fato de que não devemos perceber, tomando o verbo dever como um segundo modal. Assim, ela conclui que é impossível dever perceber algo, pelo fato de que o mundo é um acúmulo de eventos contingentes e nada que ocorre nele é um evento que deveria ocorrer necessariamente, a única coisa que o princípio de causalidade determina é que, o que quer que ocorra, deve ocorrer em sucessão. Já a segunda resposta determina que se o fenômeno fosse irreversível pelo tipo de fenômeno em questão, então o conceito (ou regra) de causalidade tem uma ligação com leis da física e da química, pois elas são necessárias para explicar porque o barco desce em vez de subir ou afundar. A segunda opção faz uso desse tipo de noção. O problema dela, no entanto, é que o conceito de causalidade que Kant pretende apresentar é diferente do conceito de causalidade tal como ele é usado na

ciência⁷¹. As leis de Newton são leis necessárias que governam este mundo empírico. Poderia existir um outro mundo experimentável sem leis de Newton, no entanto, se o princípio regula somente a sucessão e não serve para explicar a mudança dos fenômenos, a aposta de Kant é que nosso entendimento não poderia experimentar um mundo sem substância, causa-efeito, sem permanência e sucessão. Assim, as leis da ciência não são necessárias no sentido pretendido por Kant e tampouco o princípio de causalidade deve ser equiparado ao conceito de causa utilizado na ciência, onde as leis governam as relações entre propriedades de fenômenos⁷².

A dificuldade destes exemplos reside no fato de que parece ser necessário saber qual substância está mudando e desse modo o critério de irreversibilidade só pode ser aplicado após certo acúmulo de conhecimento da experiência. Afinal, como posso saber se o que percebo é irreversível? De outro modo, o exemplo das partes da casa poderia ser confundido com uma mudança de eventos – como se algo se transformasse de telhado, em porta e depois em parede, do mesmo modo que lagartas se transformam em borboletas. Se um observador sem acúmulo de experiências visse uma tal sucessão ele teria condições de saber que se trata de partes de uma substância? E teria como saber que as partes de uma casa são diferentemente apreendidas que a descida de uma corredeira, que são momentos de um evento?

Assim, é importante estar atento para o fato de que Kant parte do pressuposto de que ele sabe, tanto no exemplo do barco como no exemplo da casa, qual o fenômeno em questão. Ele afirma “Vejo um navio descendo a corrente” e a partir dessa informação ele qualifica suas percepções em irreversíveis devido à validade do princípio de causalidade. Ele não agrupa percepções e, dada sua irreversibilidade, conclui-se que é um navio descendo a corredeira.

Esse exemplo, será crucial para compreender a distinção entre sucessão objetiva e sucessão subjetiva.

2.2.4. Sucessão Objetiva e Sucessão Subjetiva

O segundo argumento de Kant segue com a apresentação da distinção entre sucessão objetiva e sucessão subjetiva. A primeira informação que ele nos dá é que a sucessão subjetiva é derivada da sucessão objetiva. Tal como no parágrafo 18 da Dedução Metafísica, aqui, Kant precisa

71. Em um famoso artigo intitulado “Causal laws and the foundations of natural science.”, Michel Friedman defendeu que as leis da ciência natural são dedutíveis das categorias e de descrições empíricas. Seu exemplo é que as leis de Newton podem ser deduzidas da conjunção da generalidade e universalidade que as Categorias dão aos fenômenos com as descrições empíricas de Kepler.

72 .As leis científicas estabelecem relações entre propriedades dos fenômenos. É o caso da lei da gravitação universal que envolve o conceito de força, que Kant comenta na segunda analogia: A força é o produto da relação entre massa e aceleração – isto é, de uma determinada quantidade de matéria que é posta em movimento.

mostrar que a unidade transcendental da apercepção é o fundamento da objetividade dos fenômenos. É nessa unidade que todo múltiplo dado numa intuição é reunido. Tal unidade da apercepção é a unidade conceitual das categorias que contém todos os determinantes de um objeto em geral. Nas analogias trata-se de mostrar que a sucessão objetiva é primeira com relação à sucessão subjetiva precisamente porque a segunda é dependente de condições empíricas que já devem ter sido constituídas objetivamente nos fenômenos. A unidade empírica da consciência é dependente da unidade objetiva da consciência. Assim, quando percebemos as partes de uma casa, é possível perceber a sequência janela, teto, porta ou porta, teto, janela pelo fato de que há uma casa que existe objetivamente em uma sucessão temporal. Se percebemos parte dessa casa, é porque as condições empíricas determinam assim – isto é, um certo ponto de vista, uma certa localização no espaço –, no entanto, para que partes da casa sejam percebidos como partes de um fenômeno, a determinação não é empírica, mas sim, contam as condições que determinam a existência do fenômeno.

A separação entre a sucessão objetiva e a subjetiva é possível de ser determinada pela caracterização do que ocorre na percepção. A sucessão subjetiva “nada prova sobre a conexão do múltiplo no objeto, pois é completamente arbitrária.”⁷³ Isto é, a passagem de minha percepção pela sequência dos objetos janela, teto e piso não contém uma sucessão de objetos que possa ser descrita como uma sucessão no fenômeno. Desse modo, eu poderia ter percebido outra sequência de objetos, tal como piso, teto e janela. A arbitrariedade reside no fato de que tal sequência não reflete uma sucessão de acordo com regras necessárias que coordenam uma mudança nos fenômenos.

A sucessão objetiva “consistirá na ordenação múltiplo do fenômeno conforme a qual a apreensão de uma coisa (que acontece) sucede à de outra (que precede) **segundo uma regra**”.⁷⁴ Se compreendemos a menção à regra, nesse contexto, como uma proposição universal que serve de premissa maior para um silogismo que deve se estender até a sua conclusão ao ponto de determinar uma sucessão em particular, estaremos lendo essa passagem tal como Longuenesse, pois, para ela, o sentido preciso em que a causalidade funciona como uma regra descritiva, tal como são as leis naturais. O problema de entender desse modo, ao meu ver, é que uma regra meramente descritiva tornaria a obra de Kant uma obra de ciência do entendimento. Isto é, ele estaria descrevendo como funciona a razão e isso o aproximaria de um projeto científico. Creio que a normatividade de que Kant fala é prescritiva, e aponta quais as funções do nosso pensamento. A vantagem dessa leitura é que não é preciso enfrentar a versão silogística em que uma forma geral meramente justifica as

73.B238

74.B238

premissas menores, deixando um vácuo entre uma norma geral e meramente formal e a capacidade de identificar os casos concretos dessa norma geral cobertos de materialidade. Nessa leitura de Longuenesse, cognição propriamente dita, só é alcançada uma vez que o encadeamento silogístico é realizado, enquanto na compreensão funcional, ou a regra prescritiva, o entendimento prescreve um determinado ordenamento ao múltiplo e a cognição é alcançada na experiência do objeto constituído na realidade.

Analiso esta passagem como a descrição de um evento que relata a mudança segundo uma regra. Eventos são extensões temporais da realidade em que os fenômenos mudam segundo alguma regra natural. Creio que o fato de Kant não dizer que tal regra seja a lei de causalidade é significativo, pois esse modo de se expressar permite pensar que essa regra seja alguma regra empírica que obedece ao esquema da causalidade.

Neste segundo argumento Kant afirma que somente a sucessão estando de acordo com uma regra é que estaremos autorizados a dizer que não apenas na apreensão encontra-se uma sucessão, mas que no fenômeno as coisas se passam de uma determinada maneira que é irreversível.

2.2.4. Conclusão

O segundo argumento kantiano sobre a aplicabilidade do conceito de causa tem uma estratégia diferente do primeiro argumento. Este nos oferece a ideia de que fenômenos são representações objetivas de acordo com regras. Se tais representações são objetivas a ordenação temporal desse fenômeno em uma sucessão ocorre de um modo necessário e, por isso, trata-se de um evento irreversível, cuja percepção estará de acordo com uma regra. Portanto, não é possível que os efeitos possam ser percebido antes que as causas na experiência, uma vez que isso romperia com a ordem de sucessão dos fenômenos.

3. Terceiro argumento da Segunda Analogia

O terceiro argumento da segunda analogia ficou conhecido como uma prova indireta. Trata-se de levar a cabo a hipótese de negar o segundo argumento. Isto é,

Supondo-se que um evento não seja precedido por nada a que deva seguir segundo uma regra, então toda a sucessão da percepção é determinada

meramente na apreensão, isto é, apenas subjetivamente; com isso porém não se determinaria de modo algum objetivamente qual teria propriamente que ser o precedente e qual o conseqüente nas percepções.⁷⁵

Se nenhum evento fosse regido por leis, toda sucessão de percepções sensórias seria meramente subjetiva – a sucessão subjetiva na apreensão não seria objetivamente determinada e não seria possível sequer determinar se alguma deve anteceder ou suceder qual outra percepção. Paton diz que “nós teríamos um mero jogo de ideias sem relação com qualquer objeto. Mais precisamente, nossas percepções não poderiam distinguir as relações temporais objetivas de uma aparência com as outras – o tempo de cada aparência seria o tempo da sua apreensão.”⁷⁶

Tal argumento surte em nós a sensação de que, se ele estiver correto, não há “um mundo lá fora para ser experimentado”, uma vez que a ideia de objetividade, para Kant, está ligada a possibilidade dos fenômenos existirem conforme regras. Se toda a ordem das minhas percepções não tem um fundamento objetivo e, é meramente um produto subjetivo e individual, isso significaria dizer que, na verdade, o que conhecemos de fato são meramente nossas percepções e que se queremos descobrir se há eventos objetivos, é necessário partir dessas percepções. Algum leitor apressado poderia até mesmo acusar Kant de concordar com essa posição, pois como ele mesmo diz:

Com efeito, a sucessão no apreender é sempre indiferente, e portanto nada há no fenômeno que o determine de modo a assim tornar objetivamente necessária uma certa sucessão. Portanto, não direi que no fenômeno dois estados sucedem um ao outro, mas que uma apreensão sucede a outra, o que é algo meramente subjetivo e não determina objeto algum, não podendo portanto valer como conhecimento de qualquer objeto (nem mesmo no fenômeno).⁷⁷

Crer que só podemos descobrir se há fenômenos objetivos através das percepções, seria derivar a sucessão objetiva da sucessão subjetiva, algo que vai contra a letra de Kant. Os

75. B239

76. Paton, *Metaphysics of Experience*. Vol. II. p.245

77. B.240

esclarecimentos aparecem no parágrafo seguinte, onde Kant explica que, “se experimentamos algo, pressupomos sempre que algo precede isso que percebemos e que ocorre segundo uma regra.” Assim, é através da pressuposição de que algo ocorre que podemos reencontrar esse algo como um fenômeno objetivo. O método para saber se algo ocorre é saber se está ordenado numa sucessão regrada. De outro modo, seria um fenômeno que ocorre a partir do nada e sem explicação. Isso, no entanto não pode ocorrer,

[...]porque Kant é um realista empírico, ele crê que uma sucessão objetiva deve estar diretamente presente às minhas apreensões sucessivas. Porque Kant é um idealista transcendental ele crê que tal sucessão objetiva, ainda que não confinada às minhas apreensões, é nada senão a experiência humana possível. Quando nós percebemos uma sucessão objetiva, ela é idêntica à sucessão subjetiva das minhas ideias; e a necessidade que marca a sucessão subjetiva em tal caso deve marcar também a sucessão objetiva.⁷⁸

4. Interpretações e Críticas

Agora passaremos à consideração de interpretações e críticas sobre esse argumento. Como pude apontar na minha reconstrução, não é fácil saber com precisão o que Kant deseja ter provado. Muitas vezes somos tentados a pensar que o conceito de causalidade é meramente uma generalização das leis científicas que exprimem razões para os fenômenos serem como são. Outras vezes, damos peso demasiado ao critério de irreversibilidade.

O argumento da sucessão objetiva encontra, pelo menos, três críticas interessantes que podem nos guiar na tentativa de jogar mais luz sobre esse argumento. Os críticos são: Lovejoy, Strawson, e Guyer.

4.1. Lovejoy e W. Beck

Lovejoy faz uma interpretação de Kant que contém uma crítica e uma reformulação do princípio de causalidade da segunda analogia. A primeira tornou-se famosa e conhecida como o

78. Paton, *Metaphysics of Experience*. p.247.

mais famoso non-sequitur da história da filosofia.⁷⁹ Tal falácia estaria presente em B237-8 e concluiria que da irreversibilidade da sequência de percepções de estados de um objeto, inferimos os estados do objeto estão neles mesmo em uma sequência irreversível.

Essa objeção foi respondida brilhantemente por L.W. Beck em um artigo intitulado “Is there a non-sequitur in Kant's proof of the Causal Principle?” A resposta busca em primeiro lugar saber se é esse, de fato, o argumento de Kant, e, para saber, Beck reconstrói o argumento kantiano em 8 passos.

Beck parte de que

1. O estado A no objeto precede o estado B no objeto [AB] é condição suficiente, dado o isomorfismo perceptual, para a irreversibilidade da sequência de representações perceptuais dos estados A e B [ArBr].

Isto é, se [AB] ocorre objetivamente, e se nossa percepção é isomórfica, isto é, se percebemos exatamente o que ocorre, veremos [ArBr]. É fundamental atentar para a cláusula de Beck que agrega o fato de perceber exatamente o que ocorre.

2. Mas o conhecimento da irreversibilidade de [ArBr] não é uma condição suficiente para saber que [AB] ocorre, e a fortiori não é uma condição suficiente para saber se há irreversibilidade de [AB]

Assim, se assumimos que só conhecemos genuinamente [ArBr], não podemos inferir conhecimento dos fenômenos a menos que tivéssemos uma prova da necessidade do isomorfismo perceptual. No entanto, o isomorfismo não pode ser provado, pois pode perfeitamente ocorrer que A e B sejam coexistentes e a percepção em sucessão dos estados [ArBr] pode ser uma limitação empírica necessária (tal como é perceber uma casa que, dada sua posição e acesso, só possa ser percebida em partes que na verdade são concomitantes).

3. Para saber, ou ter boas razões para crer, que [AB] ocorre, dado o conhecimento da irreversibilidade de [ArBr], eu devo saber, ou ter boas razões para crer, que

3i. A e B são estados opostos de uma substância (B233),

3ii. [AB] são irreversíveis.

Aqui Beck coloca como condição para saber se [AB] ocorre que eu saiba que [AB] são estados irreversíveis. Ora, minha pergunta é: Como posso saber se AB são estados irreversíveis?

79. A.O. Lovejoy, On Kant's reply to Hume. *Archive für Geschichte der Philosophie* (1906) reimpresso em M.S. Gram. Ed. *Kant Disputed Questions* (Chicago, 1967). p.303.

Imagino que posso saber isso se já tive a experiência AB, mas isso tornaria minha conclusão meramente indutiva (como se eu pudesse dizer que sei que [AB] ocorre, porque sei por outras experiências de [AB] que [AB] é irreversível). Assim, a irreversibilidade não é um critério para descobrir se uma percepção é uma percepção de uma sucessão objetiva ou se se trata de uma sucessão subjetiva.

Beck segue seu quarto passo dizendo

4. Saber, ou ter razão suficiente para crer, que $\exists i$ é razão suficiente para saber ou crer justificadamente que há um evento (uma mudança dos estados de um objeto), mas não é razão suficiente para saber ou crer que o evento é [AB] e não [BA].

Assim, se sei que algo que percebi é objetivamente dois estados opostos da substância, tenho boas razões para crer que AB ocorre e é esse precisamente seu quinto passo.

5. Mas eu sei, ou tenho razões suficientes para crer, que [AB] ocorre.

Ora, mas isso não resolve o problema de saber se os dois estados opostos que estou vendo são estados de um evento, ou se são partes de um objeto que vejo, mas que existem em concomitância. É necessário saber se o que vejo são partes concomitantes de um objeto que vejo em sucessão ou se são, contrariamente, instantes diferentes de um evento. Contudo, para saber isso é necessário certo acúmulo de experiência e, desse modo, a irreversibilidade, sozinha, não pode nos levar ao conhecimento de se algo sucede conforme uma regra. É necessário saber qual substância apresenta os estados contrapostos em sucessão.

Ainda, é possível que as regras da ciência “existam” meramente pelo fato de que todo fenômeno deve ordenar e constituir-se de acordo com regras de sucessão, concomitância e permanência. No entanto, não vejo razões para supor que Kant está dando um tal argumento. As hipóteses de que Kant está buscando provar que regras empíricas são válidas porque há uma lei a priori de causalidade não parecem ser aquilo que ele deseja ao anunciar o princípio que rege a sucessão dos eventos na experiência.

6. Portanto, sei, ou tenho razão suficiente para crer, que [AB] ocorre.

7. A irreversibilidade de [AB] é o esquema da causalidade

8. Portanto, para saber, ou ter razão suficiente para crer, que [AB] ocorre, eu devo saber, ou ter razões suficientes para crer, que A é, ou contém, a condição causal de B.

Beck defende que o argumento de Kant permite saber se um evento ocorre objetivamente, se

tivermos como saber antes se um evento A é condição causal de um evento B. Sua posição é contrária a de Lovejoy e concordo com Beck, pois entendo que a acusação de Lovejoy não se segue. O argumento é muito mais complexo que meramente uma falácia de projetar para a realidade percepções irreversíveis e afirmar, com essa base, que no fenômeno tal irreversibilidade corresponde. Beck mostra que Kant já alertara-nos em B234 que “A relação objetiva das aparências que se seguem umas após as outras não deve ser determinada através de mera percepção”. Kant reconheceria que só temos acesso a percepções, no entanto, não é meramente através delas que determinamos o que é uma sucessão objetiva. O que o filósofo alemão pretende fornecer é um critério para distinguir entre as percepções, quais são válidas objetivamente e refletem um fenômeno estruturado e quais são consideradas percepções em que pesam determinadas condições empíricas que não fornecem o conhecimento de um evento causalmente determinado. O problema, nesse caso, não é mais se o critério de irreversibilidade falha, mas como tentei apontar na resposta de Beck, o real problema é saber se somente tal critério é suficiente. Se não for, é necessário conhecimento empírico para provar que o fenômeno é irreversível, mas isso exigiria mostrar como conectamos o conhecimento empírico e o critério de irreversibilidade ao conceito a priori.⁸⁰

Lovejoy ainda apresenta outra objeção: Ele diz que Kant busca provar o princípio de causalidade mostrando

a suposta necessidade de assumir o princípio como a base da distinção entre percepções de mudanças meramente subjetivamente válidas e objetivamente válidas, entre representações verídicas e “mero sonho”.⁸¹

Se bem entendo essa interpretação, ela afirma que não seria possível distinguir percepções de fenômenos que ocorrem objetivamente no mundo e sonhos que seriam representações meramente subjetivas, se não pudessemos aplicar o princípio de causalidade.

A temática desta interpretação até encontra suporte no texto da segunda analogia, pois há um momento em que Kant fala da distinção entre sonho e realidade. Tal passagem, no entanto, parece ter outra finalidade.

80. Beck reconhece, junto com Paton, que é necessário algum conhecimento empírico, mas Kant só demonstra isso quando anuncia que “Vê um barco descendo a corredeira”. Para mais informação consultar ad 5. de *Is there a Non-Sequitur in Kant's Proof of the Second Analogy?*

81. *idem.* p. 284

Portanto, se minha percepção deve conter o conhecimento de um evento, a saber, de algo que realmente acontece, então precisa ser um juízo empírico no qual se pensa que a sucessão seja determinada, isto é, que tal evento pressuponha, segundo o tempo, um outro fenômeno ao qual segue necessariamente ou segundo uma regra. Em caso contrário, se posto o antecedente o evento não sucedesse necessariamente, eu teria que considerar a minha percepção um mero jogo subjetivo da minha imaginação, e se não obstante representasse nela algo objetivo, deveria chamá-la puro sonho.⁸²

Tal passagem, ao contrário do que Lovejoy diz, é uma reformulação do argumento da irreversibilidade. O argumento da irreversibilidade serve à distinção entre sucessões objetivas e sucessões subjetivas e os exemplos que cabem para estas formas de sucessão são o da casa e do navio. A distinção entre essas sucessões não nos leva a uma distinção entre realidade e sonho. O problema é que a experiência em vigília e o sonho não se distinguem plenamente por apelo ao princípio de causalidade. Há sonhos que respeitam relações causais e há sucessões em vigília que são percebidas de modo que não representam relações causais. Assim, Kant não vê a experiência do sonho como algo que é “somente um jogo da minha imaginação” enquanto a experiência em vigília é vista como algo que representa algo objetivo. Lovejoy, não pode afirmar que a distinção entre sucessão subjetiva e sucessão objetiva é equivalente à distinção entre sonho e vigília. Na passagem utilizada por Lovejoy, Kant buscava mostrar que se partimos da hipótese de que os eventos não apresentam uma sucessão objetivamente ordenada e conforme regras, poderíamos ter uma experiência semelhante a alguns sonhos em que nosso conhecimento de relações espaço-temporais é rompido.

4.2. Strawson.

Strawson interpreta o argumento em questão dizendo que a tática de Kant para a prova da segunda analogia está em estabelecer um critério para poder distinguir entre as nossas percepções sucessivas de eventos e nossas percepções sucessivas de objetos coexistentes. Strawson argumenta que, para Kant, no caso em que percebemos sucessões objetivas, a ordem que os eventos tomam é uma ordem necessária. Em casos de objetos coexistentes os eventos podem ordenar-se de modo arbitrário na nossa percepção, e nesse caso poderiam ser ordenados de outro modo. Assim, eles poderiam ter ocorrido numa ordem oposta a qual eles ocorreram. Strawson diz que o pensamento de

82. B246

Kant é que

a falta ou posse de ordem nas nossas percepções é nosso critério – percebamos esse fato refletidamente ou não – de sucessão objetiva ou coexistente.⁸³

A ideia de Kant é que

Nós não poderíamos empiricamente aplicar o conceito de mudança objetiva e coexistência objetiva sem implicitamente usar as noções de ordem necessária de percepções e de indiferença quanto a ordem de percepções.⁸⁴

Para Strawson, tais noções só têm aplicabilidade porque o princípio causal aplica-se aos fenômenos, que, por sua vez, são percebidos e discriminados segundo essas noções. Assim, o exemplo do barco descendo uma corredeira só pode ser distinguido enquanto um evento objetivo – e não como partes de um objeto – porque ele é irreversível. Desse modo, os diferentes instantes do barco descendo a corredeira são mudanças objetivas no estado de coisas. Já o exemplo da casa é visto como um exemplo de sucessão de partes de um objeto. Janelas, porta e teto são partes coexistentes de um objeto e, por essa razão, aparecem em uma sucessão reversível.

A interpretação de Strawson é bastante fiel à letra do texto. No entanto, há sutilezas que podemos apontar para criticar a construção do argumento segundo Strawson. A crítica de Bayne em *Kant on Causation* é surpreendentemente atenta. Ele aponta que no exemplo da casa

Kant não começa por pensar em algum conjunto de percepções, e depois passa a determinar que elas eram irreversíveis, para finalmente concluir que porque a ordem das percepções era reversível o que ele percebera era um objeto físico ordinário antes que um evento”⁸⁵

83. Strawson, *The Bounds of Sense*, 134.

84. *idem*

85. Bayne, *Kant on Causation*. p. 56

O mesmo se dá quando Kant está falando do barco descendo a corredeira. Ele começa supondo que está vendo um evento. “Eu vejo por exemplo, um barco descendo uma corredeira” (B237). Kant não pode estar derivando a objetividade dos fenômenos a partir das suas percepções pela aplicação do princípio de irreversibilidade. Isso é exatamente o contrário do que ele defende em B238, quando ele diz que a sucessão subjetiva da apreensão é derivada da sucessão objetiva das aparências. Se assim fosse, o que subjetivamente percebemos como sucessão seria sempre a base para descobrir se algo é uma sucessão objetiva ou se é sucessão subjetivamente.

Assim, do fato de que só tenhamos acesso direto às nossas percepções, não se segue que Kant esteja partindo disso. Kant parte da sua prova, já dada anteriormente, de que há fenômenos objetivos e agora sua intenção seria provar que uma propriedade destes é constituir-se de modo irreversível em função dos princípios das Analogias.

4.3. Paul Guyer

Paul Guyer defende que o princípio de causalidade permite determinar a justificação, verificação e confirmação de um evento, pois para ele, “Kant está lidando estritamente com princípios que devem ser chamados a justificação de afirmações de conhecimento empírico.”⁸⁶

Ora, se é assim, para Guyer a função do princípio de causalidade é justificar juízos sobre eventos particulares, pois o princípio “é uma regra da qual pode ser inferida que em determinadas circunstâncias um estado de coisas só poderia suceder outro.”⁸⁷

De acordo com Guyer, Kant argumentou na segunda analogia para justificar juízos de que eventos particulares ocorrem, nós devemos possuir uma regra que dita que, em uma dada situação, um estado de coisas deve suceder algum outro. Isso autorizaria a aplicar o princípio de causalidade, pois todo evento encontra alguma regra que regula sua sucessão.

O principal problema desta interpretação é que Kant é claro, no texto das analogias, ao dizer que

Por isso, o princípio da relação causal na sucessão dos fenômenos vale também antes de todos os objetos da experiência (sob a condição da sucessão), pois ele mesmo é o fundamento da possibilidade de uma tal

86. Guyer, *Kant and the Claims of Knowledge.*, p. 258-59

87. *ibid.* p.248

experiência.⁸⁸

Kant não toma o princípio como uma necessidade para a justificação de juízos – como se o princípio tivesse uma importância epistemológica, antes que uma importância ontológica. O princípio é o fundamento de uma experiência de sucessão dos fenômenos.

A ideia de ser fundamento da experiência pede que voltemos a uma distinção feita anteriormente entre princípios constitutivos e regulativos. Se o princípio de causalidade fosse um princípio que determinasse o conhecimento de relações entre fenômenos, ele deveria ser um princípio da razão e sua função seria meramente regulativa. Tal princípio, no entanto, é um princípio constitutivo da experiência e, desse modo, ele é fundamento da síntese do múltiplo dos fenômenos na forma da sucessão.

4.4. Conclusão.

O segundo e terceiro argumentos da Segunda Analogia são passos chave na prova do princípio de causalidade. O ponto fundamental aqui, na minha opinião, é que Kant usa duas estratégias diferentes das apresentadas no primeiro argumento. O primeiro argumento estruturava-se do mesmo modo que o princípio geral das analogias. Partia do fato de que a imaginação junta estados diferentes em uma sucessão indeterminada e para poder pensar tal sucessão, Kant agrega que é necessário um conceito que seja capaz de determinar a sucessão dos eventos.

O segundo argumento parte da ideia de que observamos uma sucessão determinada. Os exemplos do navio e da casa são exemplos em que não há um múltiplo por ser determinado, no entanto, o que tal argumento agrega é que, uma vez que a sucessão é determinada e constituída pelo princípio de causalidade, ela torna-se irreversível. O modo como o filósofo alemão pretende provar isso é através da distinção entre sucessão objetiva e sucessão subjetiva. A sucessão objetiva é a percepção de um fenômeno objetivo, onde o que percebemos é uma sucessão de eventos de acordo com uma regra. Já a sucessão subjetiva é aquela em que percebemos partes de objetos em sucessão e não há uma sucessão de estados de um fenômeno. Como as partes desse objeto são coexistentes, não há uma regra que determine a sucessão em que elas deveriam ser observadas, portanto, a sucessão é arbitrária.

88.B246

5. O quarto argumento da Segunda Analogia

Ainda restam os dois últimos argumentos. Eles não têm uma continuidade, tal como o segundo e o terceiro. O quarto argumento, ainda que difícil de captar sua real essência, se assemelha muito ao primeiro argumento da segunda analogia, no entanto, o que nos chama a atenção é o fato de ele trazer um sentido novo de necessidade, que vale a pena explorar. O quinto argumento, por outro lado, é bastante diferente dos demais. Ele é tido como um argumento que parte da natureza do tempo e, dada essa natureza, seria possível provar mais uma vez a validade do princípio de causalidade. Tal argumento como nos propomos a analisar, apresenta um sentido específico de necessidade. Tal concepção de necessidade está associada a natureza do tempo e de sua forma a priori.

A quarta prova presente na segunda analogia também apresenta-nos um sentido determinado de necessidade. Aqui, o que Kant mostra ser necessário é que nós nunca, mesmo na experiência, atribuímos sucessão a um objeto exceto quando há uma regra que nos compele a observar uma determinada ordem nas nossas percepções em vez de outra. Kant diz que é precisamente essa necessitação que antes de tudo faz possível a ideia de sucessão no objeto.

O argumento, no entanto, inicia somente ao final de B241, logo após Kant explicitar porque a resposta humeana para o problema do caráter necessário do conceito de causalidade ser falha em mostrar que tal conceito é justificado pela razão. Kant não dá propriamente um argumento contra Hume nessa parte que antecede o quarto argumento. Ele meramente diz que, se a origem do conceito de causalidade fosse a experiência, jamais poderíamos justificar o caráter de necessidade que tal conceito expressa na relação dos eventos e jamais poderíamos encontrar as suas raízes racionais. Kant defende que o conceito de causalidade “foi fundamento da experiência mesma e portanto a precedeu a priori”, portanto, apontar o erro de Hume não constitui uma prova de que o conceito de causalidade é a priori, mas indica meramente que há uma compreensão da origem de tal conceito que é incapaz de justificar o caráter de necessidade que tal conceito expressa.

Após essa breve digressão, Kant passa a expor o quarto argumento que, como já disse, apresenta a ideia de que só atribuímos sucessão à experiência se somos capazes de perceber uma sucessão regrada. Tal prova, no entanto, como diz Paton, “difícilmente pode ser dita diferir em algum sentido importante do argumento da primeira prova.”

Kant inicia expondo sua tática:

Trata-se, portanto, de mostrar através de exemplo que na experiência jamais atribuímos ao objeto a sucessão (de um evento, já que acontece algo que anteriormente não era) e a distinguimos da sucessão subjetiva da nossa apreensão apenas quando lhe subjaz uma regra que nos obriga a observar esta ordem das percepções antes que uma outra, que esta obrigatoriedade é até o

que propriamente torna primeiro possível a representação de uma sucessão no objeto.⁸⁹

Inicialmente é importante dizer que Kant tem duas proposições que dependem de um condicional. Ele diz que jamais atribuímos sucessão ao objeto e somente distinguimos a sucessão subjetiva da nossa apreensão **quando** há uma regra que ordena um evento que nos obriga a observar uma certa ordem de percepções. São duas proposições com sentido de necessidade que dependem de uma terceira.

Kant havia exposto no segundo e terceiro argumentos a diferença entre a sucessão objetiva e a sucessão subjetiva. A sucessão objetiva é aquela que ocorre no objeto e é diferente da sucessão subjetiva precisamente porque à sucessão objetiva subjaz uma regra que obriga a observação de uma determinada ordem de percepções. Tal ordem dita que um evento antecede outro evento de tal modo que o primeiro é identificado como causa e o segundo é identificado como efeito. Kant diz nessa primeira parte do quarto argumento que só atribuímos sucessão objetiva aos eventos, se observamos um evento regrado, em que uma determinada ordem de percepções sucessivas se dá em função de uma ordem que está dada no objeto.

Tal passagem, no entanto, não contém um argumento. Ela é um preâmbulo que recupera certas noções já adquiridas. Segundo Paton, tal argumento inicia quando Kant repete sua concepção do que é significado pelo conceito “objeto”.

O conceito de objeto é recolocado por Kant em discussão partindo novamente da noção de representação. Ele diz que

Temos em nós representações das quais também podemos nos tornar conscientes. Por mais extensa, exata ou pontual que esta consciência seja, trata-se sempre de representações, isto é, de determinações internas da nossa mente nesta ou naquela relação de tempo.⁹⁰

Ao dizer que as representações são determinações internas da nossa mente em relações de tempo, Kant está salientando um aspecto duplo das representações: elas são tratadas como internas, mas também são representações de objetos externos. Elas, enquanto determinações internas, devem ser representações objetivas e valer como representações que não são um mero jogo subjetivo de representações. A afirmação que as representações são determinações internas pode suscitar a questão quanto à objetividade de tais representações. Por isso mesmo, Kant faz a pergunta sobre Como chegamos, porém ao fato de que pomos um objeto para essas representações, ou que além da

⁸⁹ B241-2

⁹⁰ B242

sua realidade subjetiva, enquanto modificações lhe atribuímos ainda uma não sei qual realidade objetiva?⁹¹

Kant responde que uma representação não pode ter significação objetiva por mera referência a uma outra representação que se queira chamar de objeto. Isso faria com que se colocasse uma nova pergunta que retomaria o problema: “Como esta representação sai de novo de si mesma e obtém significação objetiva?”⁹². Para garantir a referência a uma representação, Kant retoma sua doutrina crítica, segundo Paton. O modo de não recolocar infinitamente tal questão consiste em buscar nas representações uma combinação necessária e, assim, sujeitar tais representações a uma regra. Esta concepção de que a objetividade só pode ser alcançada através de uma regra é uma defesa de que somente o entendimento, que é uma faculdade de regras, pode ser a fonte da necessidade e de objetividade. Assim, para que haja objetivamente fenômenos que expressem alguma necessidade, deve ser porque sua matriz é o entendimento. Como diz Kant, a propriedade de fazer referência a um objeto confere às nossas representações nada menos que a propriedade de ordená-las segundo uma ordem necessária.

Após afirmar que é essa a propriedade que a referência a um objeto dá às representações, Kant passa à consideração específica dos fenômenos numa síntese sucessiva. Neste momento ele retoma a estratégia do primeiro argumento, pois ele fala que a partir da mera síntese do múltiplo não é possível representar um objeto, “porque através dessa sucessão, comum a todas as apreensões, nenhuma coisa distinguir-se-á de outra.”⁹³

Dado que nossa apreensão é sempre sucessiva, a sucessão na nossa apreensão não estabelece por si só uma sucessão no objeto apreendido. Isso obviamente não implica que primeiro sou consciente de uma sucessão subjetiva e que depois infiro uma sucessão objetiva. Acontece que devo pressupor que na sucessão das minhas representações apreendidas uma delas se segue de outra de acordo com uma regra.

A partir disso Kant extrai a conclusão de que se ele percebe que algum evento objetivamente acontece, então a partir dessa representação podemos pressupor que algum outro o antecedeu. Como sei que necessariamente alguma representação antecede a outra que ocorreu – uma vez que eventos objetivos têm sua sucessão ordenada por regras -, já posso, a partir desse mero fato, determinar alguma relação temporal entre representações.

Kant, como consequência do seu argumento, diz que podemos obter a posição de um evento dado seu lugar determinado objetivamente na sequência de eventos. Podemos descobrir tal posição uma vez que há uma sequência objetiva de eventos e pelo fato de que podemos pressupor que um evento o antecedeu e do qual ele sucede sempre, segundo uma regra. Paton, diz que tal

⁹¹ B243

⁹² idem

⁹³ idem

consequência é defendida por Kant apoiando-se no fato de que uma vez que percebemos uma sucessão objetiva, não podemos reverter a série de eventos, isto é, não podemos colocar os eventos em uma ordem reversa e no fato de que se o estado precedente ocorre, a sua consequência necessariamente acontece.

Ao final desse parágrafo, Kant retira muitas conclusões a partir de considerações anteriormente feitas. Kant diz que

Com isso, acontece que em nossas representações se estabelece uma ordem na qual aquilo que é presente (na medida que se tornou) acena a um estado precedente qualquer como um correlato, embora ainda indeterminado, deste evento que é dado. Tal correlato refere-se a este evento determinando-o como sua consequência e conecta esta última necessariamente consigo mesmo na série temporal.⁹⁴

O "isso" que Kant apresenta no início dessa passagem parece referir-se a noção de evento. Para ele um evento é caracterizado pela pressuposição de que ele é objetivo, que, a ele, antecedeu outro evento e que ele se segue segundo uma regra. Além disso, dadas todas essas propriedades, podemos saber que tal evento estabelece relações temporais e ao estabelecer tais relações, poderíamos colocar tal evento em uma sequência de eventos. Essas relações temporais permitem dizer, em primeiro lugar, que tal evento é irreversível, pois não é possível colocar o que antecede um evento, posteriormente à sua consequência, e, em segundo lugar, podemos dizer que se o estado precedente ocorre, tal evento determinado deve necessariamente e inevitavelmente seguir-se. O "isso" de Kant é toda a noção de evento anteriormente construída. Sobre ela, Paton diz que Kant conclui

há nas nossas representações uma ordem tal que o presente (na medida em que é um evento) refere-se ao seu estado precedente como seu correlato indeterminado, enquanto o correlato está para o evento em uma relação determinante - de causa e efeito - e necessariamente conecta o evento com a série temporal propriamente.⁹⁵

Tal argumento é tratado por Paton como uma "prova que agrega coisa nenhuma ao que já foi estabelecido" e cuja "linguagem desafortunada descreve o processo de passagem da consciência do subjetivo ao conhecimento do objetivo". Para Paton, a quem devo a compreensão deste argumento,

⁹⁴ B244

⁹⁵ Paton, *Metaphysics of Experience* vol. II. p. 252

trata-se de uma passagem em que Kant ainda está tornando clara a dificuldade que há em dizer que os eventos são meramente aparências para a mente humana. Assim, a dificuldade reside em mostrar que as representações são vistas em uma sucessão subjetiva na medida em que são sucessivamente apreendidas, e em uma sucessão objetiva na medida em que são colocadas em um tempo objetivo e homogêneo. Como diz Paton, o fundamental é perceber que "Quando estamos percebendo atualmente eventos, essas duas sucessões são ditas coincidir e não é sempre certo qual dessas duas sucessões que Kant tem em mente."

5.2. Conclusão

Há aqui um sentido determinado de necessidade. Kant diz que só atribuímos sucessão a um objeto se a sucessão estiver de acordo com regras que nos compelem a observar uma determinada ordem. Isso significa que uma ordem nos fenômenos só ocorre objetivamente, se houver como determiná-la através de uma regra. O argumento, no entanto, não agrega nada de novo quanto ao tipo de prova que é dado, uma vez que se trata de uma prova que utiliza inúmeros resultados já obtidos em outros argumentos da segunda analogia.

6. O quinto argumento da Segunda Analogia

O quinto argumento da segunda analogia é conhecido pelo seu apelo a uma certa concepção da natureza do tempo. Nele a prova principal é que, dada a necessária continuidade temporal, os fenômenos necessariamente devem assumir a forma de sucessão. O início, nas palavras de Kant é assim:

Ora, se é uma condição formal de todas as percepções que o tempo anterior determine necessariamente aquele que o segue (enquanto não posso chegar ao seguinte senão mediante o precedente), então é também uma indispensável lei da representação empírica da série temporal que os fenômenos do tempo passado determinem toda existência do tempo subsequente e que estes fenômenos, enquanto eventos, não ocorram senão na medida em que aqueles determinam a sua existência no tempo, isto é, a estabelecem segundo uma regra.⁹⁶

O antecedente do condicional afirma que é uma condição formal das percepções que o tempo que os instantes anteriores determinem os posteriores. Ora, sabemos que nem todas as percepções apresentam uma relação em que o tempo anterior determinou o que se segue, como é o

⁹⁶ B244

caso da sucessão subjetiva. No entanto, se Kant está falando especificamente de quando percebemos uma sucessão objetiva, podemos afirmar que o tal condicional é verdadeiro, pois não é possível chegar a uma percepção sem passar pela anterior.

O conseqüente desse argumento afirma que dada certa natureza do tempo válida para todas representações, podemos inferir que as representações empíricas, por serem representações temporais, estão submetidos a todas as propriedades temporais. Como os fenômenos são representações empíricas, todos fenômenos deverão se adequar a essa forma de representação. A forma do tempo é, portanto, uma lei de representação empírica e, se ela determina formalmente que, para cada parte, a parte anterior determina a parte que se segue, no que tange à determinação no fenômeno, isso implica que o momento anterior de um fenômeno determina o momento posterior. Aqui, como Paton alerta, Kant "parece estar confundido a asserção bastante diferente de que deve haver uma necessária sucessão de eventos, da asserção de que a sucessão é determinada por uma lei causal." No entanto, ele mesmo defende Kant, que não está incorrendo nessa falácia. A ideia de que o tempo anterior necessariamente determina o posterior, no entanto, não precisa ser visto obrigatoriamente como uma menção a leis empíricas ou leis naturais, pois Kant pode estar meramente rerepresentando a ideia de que os fenômenos tem de adequar-se à representação em sucessão, sem que isso implique que o estado anterior do fenômeno justifique o estado posterior. É o caso da crítica que Schopenhauer faz a Kant ao dizer que ainda que dia e noite estejam em sucessão, o dia não causa a noite e nem a noite causa o dia. Isso, contudo, não elimina que os fenômenos tenham causas e não invalida a prova de Kant, uma vez que os juízos sintéticos a priori seriam ordenadores temporais dos fenômenos sem estabelecer qual a relação empírica causal que estes sustentam entre si e ainda torna possível dar explicações causais em função de fenômenos que ocorrem em sucessão.

Mas se os tempos determinam-se uns aos outros, devemos pressupor que o tempo é uma unidade? Se o tempo é condição subjetiva das representações, como é possível que ele seja uno? Não seria o caso de supor que cada sujeito está no tempo dos fenômenos que percebe? Kant parece pressupor que o tempo é uma unidade contínua e que o que garante sua continuidade é o caráter sucessivo. A sucessão, no entanto, não é uma propriedade meramente do tempo, pois este é imperceptível se não ocorrem fenômenos nele. Como condição do conhecimento, só temos acesso a ele indiretamente. A sucessão do tempo só é apreendida através dos fenômenos, mas a sucessão poderia ocorrer de tal modo que não passasse de um jogo subjetivo sem que pudéssemos pressupor qualquer continuidade objetiva do tempo. Como resposta a essa possibilidade subjetivista, Paton diz que o que dá unidade às diferentes partes do tempo é um necessário substrato que deve permanecer e existir como base de todas as aparências. Somente por essa conexão dos tempos através dos fenômenos é que podemos "conhecer empiricamente a continuidade da interconexão dos tempos."

A parte final do argumento reafirma qual a função do princípio de causalidade na determinação da experiência. Kant diz que

A toda a experiência e à sua possibilidade pertence o entendimento, e a primeira coisa que este faz para tanto não é tornar clara a representação dos objetos, mas tornar possível a representação de um objeto em geral⁹⁷

Tornar uma representação clara é uma propriedade que nosso conhecimento pode alcançar. Em Ak 62, na Lógica de Jäsche, Kant teria supostamente dito que o "Primeiro grau da perfeição de nosso conhecimento, quanto à qualidade, é, portanto, sua clareza. Um segundo grau, ou grau superior de clareza, é a distinção. Esta consiste na clareza das características."

Clareza é uma propriedade que nosso conhecimento pode ter. Kant, na lógica, diferenciaria a clareza lógica da clareza intuitiva. A primeira é uma clareza mediante conceitos, em que pesa conhecer notas características de um dado conceito. A segunda é a clareza intuitiva e nela pesa ter vivacidade e inteligibilidade na experiência. Kant diz que a experiência é tornada possível pelo entendimento. Tornar possível a experiência é uma função mais básica do entendimento que tornar claro algum conhecimento. Para tornar claro um conhecimento é necessário, antes, ter experiências. Assim, o tornar possível a representação de um objeto em geral é uma condição necessária para tornar nossas representações claras.

Para tornar possível a experiência o entendimento transfere a ordem temporal aos fenômenos, como diz Kant. Essa transferência de ordem temporal se dá através dos conceitos do entendimento que oferecem à síntese da imaginação uma forma para constituição dos fenômenos na experiência. Isso faz com que o entendimento confira a cada um dos fenômenos uma posição determinada no tempo. As posições dos fenômenos não são determinadas a priori, mas o tempo é uma grandeza dada, divisível em instantes que podem ser infinitamente divididos. Esses instantes são as posições possíveis no tempo e devem ser ocupadas pelos fenômenos. Para isso, no entanto, é necessária uma ação da imaginação e do entendimento. Deve haver uma síntese do múltiplo em comum acordo seja com as propriedades do tempo, seja com as propriedades do entendimento. Assim, ocorre uma dupla determinação: uma determinação do entendimento e outra determinação sensível: a primeira é o conceito de causalidade, que põe sempre os fenômenos de um momento dado em acordo com os fenômenos precedentes, os precedentes são causas dos efeitos, que ordenam-se nos momentos que sucedem. A segunda é a determinação sensível, que faz o fenômeno se ordenar segundo as partes do tempo.

Kant diz que a determinação da posição dos fenômenos não pode ser tomada da relação dos fenômenos com o tempo absoluto, pois uma vez que este não é um objeto de percepção, não há

⁹⁷ B244

como comparar a ordem dos fenômenos com uma ordem geral dos momentos. Assim, não há como determinar uma posição a priori dos fenômenos. Kant diz que os fenômenos é que se determinam mutuamente e determinam suas posições temporalmente.

Paton diz que Kant está argumentando a partir de uma característica especial da sucessão empírica que percebemos e que tomamos como sendo uma propriedade essencial do tempo. Ele estaria argumentando a partir da propriedade de que só podemos avançar temporalmente se passamos pela partes precedentes do tempo. Isso, para Kant, é a continuidade temporal. Tal continuidade temporal é precisamente uma das condições temporais que dão sentido ao conceito de mudança - que Kant anuncia na segunda formulação do princípio. A conexão das partes do tempo, isto é, sua continuidade, determina a continuidade temporal dos fenômenos, e, por isso, a continuidade garante que a sucessão dos fenômenos seja ordenada e irreversível. Se o tempo não fosse um contínuo, não seria possível uma determinação na forma de sucessão.

6.2. Conclusão

Este argumento busca, a partir de uma determinada concepção de tempo, provar que os fenômenos necessariamente se colocam em sucessão no tempo. O tempo, para Kant, é uma condição formal da sensibilidade que determina a representação dos fenômenos e, sendo assim, as ações do entendimento, ao determinar algo na sensibilidade, devem determinar os objetos da intuição de acordo com essa condição. Há propriedades do tempo das quais só podemos dar-nos conta na medida em que observamos os fenômenos, já que o tempo só pode ser representado indiretamente e através deles. A propriedade fundamental do tempo que está em jogo nesta prova é a continuidade. A continuidade temporal é verificável pela sucessão temporal que é perceptível através das mudanças nos fenômenos.

O que Kant traz de novo neste argumento é a necessidade de compreender o tempo como um contínuo. Se o tempo não fosse um contínuo, a sucessão e a mudança nos fenômenos não seriam possíveis e, na nossa experiência, não passaria de uma ilusão em que vemos coisas mudando e se sucedendo. Se não estivéssemos num tempo que continua, estaríamos presos num instante de tempo em que nada muda.⁹⁸ A concepção do tempo como um contínuo de partes infinitamente divisíveis é vista por Kant como necessária. Tal concepção do tempo advém da apresentação da estrutura do tempo que os fenômenos indiretamente permitem conhecer. Como os fenômenos se apresentam na forma da sucessão, tal estrutura, para Kant é a sua necessária continuidade, ou, de outro modo, não seria possível a determinação de uma sucessão.

⁹⁸ Sobre a possibilidade de haver sucessão temporal sem mudança vale a pena ler o argumento de Shoemaker “Time without change”.

Conclusão

Esta dissertação buscou analisar os cinco primeiros argumentos da segunda analogia e argumentar a favor de cinco noções distintas de necessidade utilizadas nesses argumentos. A segunda analogia é a parte da Crítica da Razão Pura que é dedicada a prova do princípio de causalidade. Se Kant prova ou não tal princípio, chega a ser uma discussão secundária, pois antes mesmo de saber se ele prova tal princípio, a discussão toda gira em torno de saber o que é tal princípio na concepção do filósofo idealista.

Nesta dissertação, aos poucos, fui convencendo-me que a interpretação de Paton era a mais fiel à letra do texto de Kant. Na medida em que lemos os argumentos de Kant, vamos, aos poucos, vendo múltiplas provas e, sem querer, supondo resultados diferentes daqueles que Kant anuncia como formulação do princípio. Acredito que a interpretação de Paton é aquela que se mantém mais próxima da formulação inicial que aparece no início da Analítica dos Princípios⁹⁹. Lá, Kant diz que a possibilidade dos juízos sintéticos a priori é dada pelas mesmas condições da experiência em geral. Ora, as analogias da experiência são juízos sintéticos a priori e eles não são outra coisa que ações do entendimento que tornam a experiência possível. Portanto, as analogias são condições da experiência.

Vimos no primeiro capítulo que a segunda analogia pode ser caracterizada como um princípio dinâmico constitutivo da experiência e regulador das suas relações temporais. Tal caracterização é assim feita por Kant devido às funções que esse princípio desempenha na constituição e ordenação dos objetos da experiência. Tais princípios são dinâmicos porque valem somente para reger as relações dos fenômenos, diferentemente dos princípios matemáticos que valem para toda e qualquer intuição, seja ela pura ou empírica. O dinamismo de tais princípios, ou seja, a dinâmica da segunda analogia reside em ordenar temporalmente os fenômenos na forma de sucessão.

Dada uma primeira caracterização do que são as analogias da experiência, passei à exposição de cada um dos argumentos de Kant que buscava provar a validade necessária de tal princípio para a experiência. Cada argumento de Kant tinha o mesmo alvo – provar o princípio -, no entanto, cada um usou táticas diferentes que, como busquei apontar, usavam noções de necessidade que operavam no argumento.

O primeiro argumento da segunda analogia tem três premissas fundamentais. Tal como a prova do princípio geral válido para as três analogias, o primeiro argumento da segunda analogia se

⁹⁹ Cf. B197

baseia na necessidade de um conceito que determine uma ordem necessária para o múltiplo sensível. Tal como Kant diz, se percebemos uma sucessão de um estado A que antecede um estado B e tal sucessão não apresenta qualquer ordem necessária, então poderíamos igualmente perceber B antes de A. Se o múltiplo da imaginação não é determinado não podemos pensá-lo e conhecê-lo. Assim, como disse anteriormente, para conhecer e ter experiência é necessário um juízo que expresse necessidade na própria constituição da representação da experiência, tal juízo é sintético a priori; no caso da sucessão, tal juízo é o princípio de causalidade.

O segundo argumento buscava, a partir da noção de irreversibilidade, isto é, da necessária impossibilidade de reverter a ordem de um fenômeno, provar a validade objetiva do princípio de causalidade. Ora, o argumento parte da premissa de que um fenômeno que transcorre no tempo não pode ter a ordem dos seus estados percebida em outra ordem, se a percepção é isomórfica ao fenômeno. Somente quando a sucessão dos estados não é isomórfica com a percepção é que os fenômenos são percebidos em ordens que são reversíveis, portanto não objetiva e completamente subjetiva. A sucessão subjetiva é derivada da sucessão objetiva, pois para perceber partes de um fenômeno de modo reversível, é necessário que um fenômeno objetivamente se dê e por razões secundárias seja de tal modo percebida.

O terceiro argumento apresenta uma noção de necessidade associada à impossibilidade de que toda percepção seja a percepção de uma sucessão sem regra alguma. É conhecido como argumento indireto, pois busca mostrar que, dada a impossibilidade de que toda sucessão seja meramente um jogo subjetivo de representações, a conclusão do argumento é que deve haver uma sucessão objetiva ordenada por regras.

O quarto argumento apresentava uma noção de necessidade um tanto sutil. Após defender no primeiro argumento que somente com o princípio de causalidade podemos ter uma sucessão determinada necessariamente, após afirmar no segundo e terceiro argumentos que somente numa sucessão determinada por uma regra é possível ter uma sucessão objetiva, Kant diz que só atribuímos sucessão a um objeto se a sucessão estiver de acordo com regras que nos compelem a observar uma determinada ordem. Isso significa que uma ordem nos fenômenos só ocorre objetivamente se houver como determiná-la através de uma regra. O argumento, no entanto, parece não agregar nada de significativo a não ser fixar regras necessárias para nossas atribuições de sucessão a objetos.

O quinto argumento prova que os fenômenos só podem ser representados no tempo através da necessária continuidade temporal. A continuidade do tempo é uma propriedade necessária deste, que viabiliza a passagem de um tempo anterior para o posterior em que o primeiro tempo necessariamente determina o tempo sucessor. A sucessão ocorre porque o tempo é uma estrutura

contínua divisível em partes – momentos – que se conectam e que a determinação do múltiplo sensível, por parte do entendimento, necessariamente deve espelhar. Portanto, os fenômenos, enquanto representações empíricas, necessariamente devem adequar-se a essa condição e por isso o princípio de causalidade determina o múltiplo sensível em acordo com essa condição formal de toda representação.

Foram cinco argumentos. Sei que há muito mais para ser dito sobre eles e muito faltou dizer neste trabalho. A filosofia de Kant, por outro lado, é muito frutífera e dá margem para debates ainda hoje, passados séculos da sua publicação. Uma vez que este trabalho representa meramente o início do meu interesse em Kant e da minha vontade em seguir estudando sua filosofia, espero ter apresentado algo que minimamente sirva para iniciar uma discussão sobre a natureza das provas da segunda analogia.

Bibliografia

Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Ed. Nova Cultural. 1987

Kant, Immanuel. *Lógica*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1992.

Kant, Immanuel. "Prolegomena to any Future Metaphysics that will be able to come forward as Science: With selections from the Critique of Pure Reason." (2004).

Kant, Immanuel, Paul Guyer, and Allen W. Wood, eds. *Critique of pure reason*. Cambridge University Press, 1998.

Kant, Immanuel. *Philosophical Correspondence, 1759-1799*. University of Chicago Press, 1967.

p.71

Bibliografia Secundária

Allison, Henry E. *Kant's transcendental idealism*. Yale University Press, 2004.

A.O. Lovejoy, *On Kant's reply to Hume*. *Archive für Geschichte der Philosophie* (1906) reimpresso em M.S. Gram. Ed. *Kant Disputed Questions* (Chicago, 1967)

Bayne, Steven M. *Kant on Causation: on the fivefold routes to the principle of causation*. SUNY Press, 2004.

Beck, Lewis White. "Is there a non sequitur in Kant's proof of the Causal Principle?." *Kant-Studien* 67.1-4 (1976): 385-389.

Beck, Lewis White. "A Prussian Hume and a Scottish Kant." *Essays on Kant and Hume* (1978): 111-29.

Bird, Graham. "Kant's Theory of Knowledge." (1973).

Caygill, Howard. "A Kant Dictionary Blackwell Philosopher Dictionaries." (2000).

Friedman, Michael. "Causal laws and the foundations of natural science." *The Cambridge Companion to Kant* 3 (1992): 161.

Guyer, Paul. *Kant and the Claims of Knowledge*. Cambridge University Press, 1987.

Hume, David. *A treatise of human nature*. Courier Dover Publications, 2012.

Kemp Smith. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: The Humanities Press
p. 605

Paton, H. J. "Kant's Metaphysics of Experience, Vol. II." (1936). Kindle Edition.

Strawson, Peter. *Bounds of sense*. Vol. 572. Routledge, 2002.